

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**HUGO HEISKE HARIGAYA**

**FLUXOS MIGRATÓRIOS: COMPREENDENDO O FENÔMENO DE KASSEGUI  
NIPO-BRASILEIRO (1908-2015)**

UBERLÂNDIA – MG

2018

HUGO HEISKE HARIGAYA

**FLUXOS MIGRATÓRIOS: COMPREENDENDO O FENÔMENO DE KASSEGUI  
NIPO-BRASILEIRO (1908-2015)**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Erwin Pádua Xavier

UBERLÂNDIA – MG

2018

**HUGO HEISKE HARIGAYA**

**FLUXOS MIGRATÓRIOS: COMPREENDENDO O FENÔMENO  
DEKASSEGUI NIPO-BRASILEIRO (1908-2015)**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à conclusão de curso.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Me. Erwin Pádua Xavier – Orientador (IERI-UFU)

---

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha (INHIS-UFU)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Aparecida Cardozo (IERI-UFU)

A meus pais, Jun e a Arlene, que me possibilitaram adentrar as portas do mundo acadêmico, dedico.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa atual do Japão e suas respectivas regiões.....	24
Figura 2 – Primeira foto dos ancestrais da família Okudaira na Era Meiji.....	26
Figura 3 – Primeiro navio a aportar no Brasil com 780 imigrantes (1908): Kasato Maru.....	28
Figura 4 – Propaganda de chamada para trabalhar no Brasil.....	30
Figura 5 – Fotos de Família no Japão antes de embarcar para o Brasil.....	38

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de brasileiros no Japão de 1989 a 2015 e total de brasileiros na jurisdição do Consulado-Geral em Tóquio.....	51
Gráfico 2 – Distribuição demográfica japonesa por sexo e faixa etária – 2016.....	56

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais locais de destino e número de imigrantes japoneses de 1868-1910.....	26
Quadro 2 – Número de imigrantes japoneses que entraram no Brasil entre 1908 e 1925.....	31
Quadro 3 – Número de imigrantes japoneses que entraram no Brasil de 1926 a 1936...	33
Quadro 4 – Número de imigrantes japoneses que em diversas regiões de 1911 a 1950.	37
Quadro 5 – Número de imigrantes do pós-guerra, segundo sua categoria.....	39
Quadro 6 – Distribuição da População Nikkei por Estados.....	39
Quadro 7 – Números de brasileiros que entraram e saíram do Japão na década de 1990.....	44
Quadro 8 – Brasileiros que entram e saíram do Japão no período de 2000-2015.....	49

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 FLUXO MIGRATÓRIO INTERNACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS</b> ...	12
1.1 O fenômeno migratório e suas características.....	12
1.2 Perspectivas teóricas sobre a imigração internacional.....	13
1.3 Tipos de Migração.....	18
1.4 Migração de Trabalho: Dekassegui.....	19
<b>2 O PROCESSO HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO NIPO-BRASILEIRA</b> .....	23
2.1 Era Meiji e o início oficial do fenômeno de kassegui.....	23
2.2 A chegada ao Brasil e dificuldades dos primeiros de kasseguis.....	26
2.3 O de kassegui no período entreguerras.....	31
2.4 O Japão pós-guerra: mudanças propícias para a reversão do fluxo migratório.....	38
2.5 A crise econômica brasileira na década de 1970 e concretização da inversão do fluxo migratório.....	41
<b>3 ESGOTAMENTO ESTRUTURAL DO FLUXO MIGRATÓRIO NIPO- BRASILEIRO? A CRISE DE 2008 E A DECISÃO DE NÃO RETORNAR AO BRASIL</b> .....	47
3.1 O de kassegui na crise do <i>subprime</i> 2008.....	47
3.2 A situação contemporânea e a Declaração de Yokohama: fim de fenômeno migratório?.....	50
3.3 Motivações para não retornar ao Brasil.....	57
<b>CONCLUSÃO</b> .....	59
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	62

## INTRODUÇÃO

Em meio à comemoração dos 110 anos do início do processo migratório entre Japão e Brasil, a presente monografia visa a analisar esses fluxos migratórios desde o momento mais expressivo desse fenômeno, que é a vinda os japoneses para o Brasil, até os dias atuais, mais precisamente até o ano de 2015. Essa análise possibilitará uma compreensão geral das motivações e alterações nos fluxos migratórios ocorridas ao longo do tempo, auxiliando no entendimento da atual conjuntura e na previsão de cenários futuros. O foco da pesquisa é, portanto, a interação migratória entre Brasil e Japão, de modo a analisar se é possível afirmar o esgotamento desse processo migratório.

Nesse diapasão, a temática sobre os fluxos migratórios sempre foi importante para a sociedade daqueles países que ofertam e demandam os imigrantes. Por motivos diversos, muitas pessoas são encorajadas a migrar, podendo ser citados como exemplos as questões econômicas, pessoais, conflitos e, inclusive, a identificação cultural. No caso em questão, o processo de imigração dos japoneses para o Brasil teve início no século XX e o seu cerne motivador esteve contido em dois fatores: (i) os interesses do governo brasileiro, demandante de mão de obra para as atividades agrícolas; (ii) a condição de pobreza que se instaurava na terra do sol nascente (LEÃO, 1989).

Devido às diferentes conjunturas políticas e econômicas que foram se estabelecendo ao longo do tempo, os fluxos migratórios entre Japão e Brasil criaram novas configurações, de modo a se inverterm. Dessa forma, os descendentes de japoneses residentes no Brasil passaram a migrar para o Japão em busca de melhores condições de trabalho e vida. Esse fenômeno migratório tem como ator principal pessoas com origem japonesa, chamadas de decaasséguis, podendo assumir significados distintos dentro das perspectivas japonesa e brasileira, como elucidam Beltrão e Sugahara (2006):

O termo dekassegui em japonês é formado por dois ideogramas (kanji), deru (出る – sair) e kassegu (稼ぐ – trabalhar para ganhar dinheiro), sendo aplicado a qualquer pessoa que deixa sua terra natal para trabalhar, temporariamente, em outra região. Originalmente, este termo era aplicado aos trabalhadores sazonais, principalmente do norte do Japão, que no inverno procuravam trabalho mais ao sul. Hoje, no Japão, este termo é aplicado aos trabalhadores estrangeiros temporários que estão naquele país com o intuito de ganhar dinheiro (exclui os expatriados – trabalhadores de firmas estrangeiras). No Brasil, a apropriação do termo ganhou contornos mais específicos, referindo-se aos brasileiros de origem nipônica e suas famílias que emigram para o Japão em busca de trabalho – o chamado “fenômeno dekassegui” (BELTRÃO; SUGAHARA; 2006, p. 61).

O fenômeno de kassegui, como fluxo migratório Brasil-Japão, foi possível graças às mudanças na legislação japonesa, a qual passou a conceder, no início da década de 1990, visto temporário de longa estadia aos descendentes de japoneses. Essa alteração permitiu aos imigrantes permanecerem mais tempo no Japão e, portanto, o desenvolvimento de atividades econômicas (BELTRÃO; SUGAHARA; 2006).

Atualmente, questiona-se se ocorre o término do fenômeno de kassegui e se as motivações para migrar tornaram-se outras. Assim, Maio (2015) elucida que, por meio de um documento redigido por imigrantes brasileiros residentes em Tóquio, intitulado “Declaração de Yokohama”, identificou-se o fim desse importante fluxo migratório (MAIO, 2015 apud CONSELHO DOS CIDADÃOS, 2015). O referido documento relata que 6 em cada 10 brasileiros no Japão já têm visto permanente. Muitos deles, no intuito de se fixarem definitivamente em solo nipônico, até compraram casa no Japão. Cumpre mencionar que um número significativo de brasileiros deixou de ser empregado para ser empregador de mão de obra, ao passo que muitos outros já atuam em profissões que exigem qualificação (MAIO, 2015 apud CONSELHO DOS CIDADÃOS, 2015).

Ainda, a Declaração reforça a ideia do fim do fenômeno, pois a comunidade nipo-brasileira tem se estabelecido efetivamente em vários setores da sociedade japonesa. Dessa forma, é evidente que a conjuntura atual dos imigrantes brasileiros no Japão é bastante diferente daquela observada na década de 1980, na qual muitos brasileiros se sentiam parte da sociedade japonesa e crescia a identificação com o país e com seus ideais, de tal forma a cessar a vontade de regressar à terra natal, o Brasil.

Apesar de o cenário atual apontar evidências quanto ao fato de muitos brasileiros descendentes de japoneses residentes no Japão não desejarem mais retornar ao Brasil, cabe arguir: qual a natureza e quais as motivações do fenômeno de kassegui? Ademais, como a dinâmica dos fluxos migratórios entre Japão e Brasil variou ao longo do tempo? Finalmente, é possível afirmar que esse importante fenômeno migratório tenha chegado ao seu esgotamento?

Os fenômenos migratórios podem sofrer rupturas ou reascender em momentos de crises, como aqueles ocorridos nos anos de 1908, 1934, 1980, 2008, 2015, os quais podem ser elencados como marcos representativos dos fluxos migratórios entre Brasil e Japão, foco de abordagem deste estudo. Por outro lado, cabe destacar a ideia de que, para alguns, tal fenômeno chegou ao fim (BRASIL, 2015), pois há imigrantes que criaram vínculos com o local que os receberam e passaram a considerá-lo como um refúgio de segurança física, psicológica, econômica e social. Ao criar laços com esse novo local, os imigrantes defendem o

posicionamento de refutar a possibilidade de retorno para o país de origem, assimilando e integrando-se à nova sociedade.

A hipótese levantada sobre o tema em pleito é a de que, por mais que fatores endógenos aos indivíduos, em primeira instância, possam contribuir para se manter ou não no local receptor, a decisão final fica na seara dos fatores exógenos. Ou seja, são as tomadas de decisão no cenário político e o condão da economia que direcionam os rumos fluxos de migrantes; assim, em meio a complexidade de enquadramento de correntes migratórias, pois possuem características peculiares, alegar o esgotamento do fenômeno de *dekassegui* seja precipitado.

Diante disso, o primeiro capítulo deste trabalho busca realizar apontamentos relativos a algumas perspectivas teóricas sobre fluxos migratórios, de modo a caracterizar as motivações que levam as pessoas a se deslocarem; em meio a isso, tais fatores podem ser averiguados a partir de correntes teóricas que interpretam o fenômeno sob prismas de diferentes autores nacionais e estrangeiros. Ademais, há uma explanação sobre tipos de migrações e, em especial, um tipo de enquadramento para a discussão nipo-brasileira.

Na segunda parte, por meio de fatos históricos, explora-se o fenômeno de *dekassegui* para o Brasil e a conjuntura política, social, interna e externa, tanto dos países emissores quanto dos receptores. Assim, há um desencadeamento dos fatos ressaltando a trajetória do fenômeno, na tentativa de pôr em tela os principais episódios históricos no século XX que contribuíram para a configuração do processo migratório nipo-brasileiro, podendo ser citado o cenário internacional da Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a crise econômica de 1929 e a crise do petróleo. No âmbito interno, destaca-se a política dos governos brasileiro e japonês que repercutiu para a implementação e manutenção dos atos migratórios.

Nesse encaminhamento, em meio aos elementos apresentados, verifica-se outro processo, que consiste na gestação de um novo tipo de migração, agora em sentido reverso, no qual os descendentes daqueles primeiros imigrantes japoneses fazem o caminho de volta para o Japão. Uma parcela mantém o objetivo de poupar e voltar ao Brasil, e outra opta por permanecer definitivamente na pátria dos seus ancestrais.

No capítulo derradeiro, há a contextualização sobre a crise de 2008, de forma a discorrer sobre suas origens e o impacto dela para economia japonesa, a qual levou muitos trabalhadores brasileiros que estavam no Japão a retornarem ao Brasil. Ademais, é feita uma análise sobre a perspectiva dos indivíduos que decidiram não retornar ao Brasil e declaram o fim do fenômeno de *dekassegui*, conforme afirma a Declaração de Yokohama. Por fim, são feitas algumas considerações a respeito de algumas motivações para a radicação do brasileiro em terras nipônicas e a conclusão para o finalizar da discussão em voga.

Em suma, vale deixar evidente a necessidade de compreender a atual situação do fenômeno de kassegui, sendo uma questão imprescindível não só para os membros daquelas comunidades, mas também como um veículo para abordagens tanto das demandas atuais como nas futuras, seja na interface das relações internacionais entre Brasil e Japão, seja no universo estatal, econômico, diplomático ou social.

Outrossim, evidenciar o fenômeno significa compor e desvendar o processo histórico desses dois distintos povos, mas que, de certo modo, são complementares e estão conectados por diversos propósitos. Nesse contexto, para que se entenda como surgiram as relações nipo-brasileiras, é necessário clarificar o que é a migração e suas peculiaridades. Assim, é feita, a seguir, uma elaboração sintética de perspectivas teóricas sobre fluxos migratórios, e, para o caso posto em tela, a origem dos japoneses no Brasil que começa no ano de 1908.

# 1 FLUXO MIGRATÓRIO INTERNACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

## 1.1 O fenômeno migratório e suas características

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Artigo 13: 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar (ONU, 1948).

No intuito de oferecer um melhor embasamento e uma análise satisfatória da complexidade do tema sobre fluxos migratórios, há inicialmente a necessidade de se conceituar o que é uma migração. Desde as primeiras manifestações escritas ou desenhadas feitas pelo homem, são perceptíveis relatos e representações de migrações envolvendo povos, grupos ou até mesmo indivíduos por todos os rincões do planeta. De forma mais ampla, a migração pode ser vista como uma mudança de moradia ou de local de residência, que pode assumir um caráter transitório ou ser permanente. Nesse contexto, de acordo com Faria (2015), os processos migratórios estão aquém de ser algo inusitado, pois há como cerne de tal empreitada a busca por novas oportunidades ou condições de vida, de forma a serem conceituados como expressivos movimentos populacionais que cruzam fronteiras (FARIA, 2015).

Os motivos para o ato de migrar podem ser identificados em situações de crescimento demográfico, falta de condições de sobrevivência, disputas ou conflitos armados, questões relacionadas ao meio ambiente, produção e trabalho, e até mesmo desastres naturais. Assim, tais fatores contribuem e impulsionam significativamente o homem ao longo da história para novas terras dentro de um determinado território ou até mesmo em direção a outros continentes, alimentando a possibilidade de concretizar seus objetivos. Não obstante, cabe mencionar que é na contemporaneidade que o fenômeno migratório assumiu uma proporção mais vultuosa, sendo alvo de estudos mais detalhados (FARIA, 2015).

À luz do relatório da Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), no início de 2018 estima-se que, hodiernamente, o número de migrantes internacionais seja de cerca de 258 milhões de pessoas. Tal número, ao ser comparado com dados do ano 2000, indica um aumento de 49% de pessoas que migram pelo planeta, apontando, desse modo, o fenômeno como uma curva ascendente global. Logo, apregoa-se a ideia de que os benefícios da migração internacional devem ser maximizados para todas as esferas sociais (ONU, 2018).

Outrossim, por meio do documento supracitado, acredita-se que as migrações devem ser pautadas sob uma ótica de legalização do mercado de trabalho voltada para o migrante, de forma a coibir os cruzamentos irregulares de fronteiras. Para os líderes da instituição

anteriormente citada, impera o arquétipo de que uma migração bem administrada traz melhorias tanto para os locais de origem como o de destino dos migrantes (ONU, 2018).

Em meio aos diversos processos migratórios, é possível identificar como características dois padrões clássicos, que, apesar de se apresentarem em dados momentos e de formas distintas, conservam a essência em si. Dito de outra maneira, prevalecessem fatores básicos que ocasionam a atração de migrantes, também conhecidos como *pull factors*, os quais podem ser representados por países com melhores condições salariais que geram uma segurança econômica. Há, por outro lado, aqueles que repelem os migrantes, países munidos de *push factors*, que não propiciam condições para a permanência naqueles locais, a citar o caso de desastres naturais, hostilidades, questões políticas, religiosas etc. (FARIA, 2015).

## **1.2 Perspectivas teóricas sobre a imigração internacional**

De acordo com Meyers (2000), as formas de política de imigração têm grande impacto na demografia, cultura, economia e políticas de um Estado; assim, são cruciais para determinar os elementos-padrão da imigração. Contudo, no âmbito das teorias de políticas de imigração, ainda prevalece muita subjetividade sobre o tema, dotado de lacunas e pouco esclarecido; sendo, assim, passível de questionamentos e críticas. O autor destaca seis abordagens que buscam discutir as políticas de imigração, de modo que se possa entender como elas transcorrem, seus tipos específicos e como são aplicadas nas relações internacionais. Logo, são representados fundamentos teóricos oriundos do Marxismo, Realismo, Liberalismo, da perspectiva da identidade nacional, das políticas domésticas e do Institucionalismo (MEYERS, 2000).

Ao delinear de forma sucinta as seis abordagens, inicialmente, o Marxismo elucida a questão das migrações relacionadas a fatores de ordem econômica e política de classe; o imigrante compõe um exército industrial de trabalhadores. Ainda, o trabalho do imigrante é parte de uma estrutura do capitalismo que serve à classe dominante, destacando-se que as variações econômicas e taxas de desemprego influenciam a imigração no curto prazo.

Outro ponto de destaque dessa visão versa sobre a ideia de que a imigração é obra da submissão de trabalhadores no processo gerido pelos detentores dos meios de produção e ditadas pelo capital. Em contraponto, Meyer (2000) salienta que a visão marxista não contempla uma explicação para a política de imigração de origem étnica diversa, podendo citar, ainda, a observação feita sobre o fato de as economias planificadas da Europa Oriental e países da África fazerem uso de trabalhadores migrantes (MEYERS, 2000).

Fazendo um adendo, no século XIX, para fins de estudos sociológicos, a migração não era vista como um tema pertinente; havia uma visão que explicava a imigração internacional tendo como origem as questões de cunho social, embasados em autores clássicos como Malthus, Marx, Durkheim, Weber. Dessa maneira, o fenômeno migratório assumia um caráter secundário, podendo ser discutido por meio do desenvolvimento capitalista, o qual fazia o uso de migrantes ao forçá-los a buscar novas oportunidades de trabalho em terras distantes para escapar da pobreza e miséria (SASAKI; ASSIS, 2000 apud RICHMOND, 1998. p. 2-3).

Com base em Malthus, a explicação para migrar estava relacionada com a superpopulação; desse modo, o Novo Mundo seria uma fuga das mazelas que assolam os afortunados. Já para Marx, o ato migratório poderia ser compreendido através do fato de os detentores de capital almejarem expandir seus lucros e, em contrapartida, reduzirem o salário dos trabalhadores. Na visão de Durkheim, a migração tenderia a romper com a configuração de comunidades tradicionais com predomínio da consciência coletiva. Em Weber, a questão da migração é tida como um fato incidental que cria novas classes sociais e grupos de status étnicos (SASAKI; ASSIS, 2000 apud RICHMOND, 1998, p. 2-3).

Durante o século XX, surge uma vertente que estuda a migração sob a ótica do aumento da mobilidade da população europeia para os EUA, motivada por crises econômicas. Tal abordagem foi inaugurada por Thomas e Znaniecki, que analisaram a migração de poloneses para o continente americano no período de 1880 a 1910. Desse modo, nos anos subsequentes, a questão da economia como fator desencadeador de migrações foi gradativamente ganhando espaço nas mesas de estudos do processo migratório (SASAKI; ASSIS, 2000 apud RICHMOND, 1998).

Segundo Richmond (1998), as sociedades com alta industrialização tendem a ter trabalhadores mais engajados e têm em seu favor maior acesso aos sindicatos. Com isso, os proprietários industriais, ou seja, os detentores dos meios de produção inclinam-se a buscar trabalhadores imigrantes de locais menos desenvolvidos para substituir aqueles que não se subjugam a executar serviços de menor qualificação ou remuneração (SASAKI; ASSIS, 2000 apud RICHMOND, 1998).

Retomando, na abordagem teórica chamada de identidade nacional, o foco passa a ser a historicidade e a tradição de cada país em meio aos aspectos de cidadania, nacionalidade, identidade nacional, e seus conflitos passam a direcionar as políticas de imigração. Logo, a pauta externa recebe menor atenção, e, em certos aspectos, essa abordagem assemelha-se ao construtivismo das Relações Internacionais ao tratar de ideias, identidade e interesses do Estado (MEYERS, 2000).

O Construtivismo destaca que, nas relações internacionais, como em outras áreas, existem protagonistas que edificam um mundo que é produto das suas escolhas movidos por ideias, valores de origem social; ainda que sob dificuldades, o ambiente socialmente construído é passível de modificações. Dentro de uma das ramificações construtivistas, há o pensamento de que o mundo não é pré-determinado, logo pode ser moldado segundo interesses e preferências de seus agentes (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 163).

Em suma, a identidade nacional elucida o momento das políticas de imigração em torno de conflitos sociais e debates referentes à identidade nacional. Apesar de a abordagem da identidade nacional visar a explicar que uma política de Estado não é construída no nada, o calcanhar de Aquiles desta visão está em explicar como vários países assumem semelhantes políticas de imigração (MEYERS, 2000).

A outra abordagem discutida por Meyers (2000) é a da política doméstica, na qual o Estado atua como uma arena neutra para os interesses sociais, grupos e partidos, enfatizando, assim, questões da política local e as relações centro-periféricas englobada pelas políticas nacionais; vale dizer que as negociações, nesta visão, são fruto de barganhas. Entretanto, uma fraqueza apontada para a política doméstica é o fato de ser examinada essencialmente a política de um único país durante um período restrito, havendo uma carência de uma aplicação geral para outros casos. Ademais, persistem, nesta interpretação, muitas dificuldades para explicar certas políticas de imigração e refugiados (MEYERS, 2000).

A quarta abordagem tratada é o institucionalismo. Nele, há a presença do Estado e há uma autonomia das instituições políticas e do Estado, que age segundo a sua vontade ou em torno do interesse social. Dentre as atribuições de debilidade para esta corrente, atenta-se à imprecisão acerca de uma definição sobre o que é um Estado (MEYERS, 2000).

Como penúltima definição, ainda em consonância com Meyers (2000), o realismo considera o Estado como o ator de destaque para se fazerem análises de conjunturas, haja vista que é tido como um ator racional, no qual a pauta de segurança nacional ocupa local de destaque na sua agenda internacional. Ainda, a essência do realismo está em conflitos entre Estados, sejam eles na forma potencial ou efetivada (MEYERS, 2000).

Nesse contexto, a atuação do Estado realista poder influenciar ou, até mesmo, intervir nas políticas de migração de modo a restringir ou criar aberturas para entrada e saída de pessoas, com base em suas necessidades e convicções. Insta saber que os conflitos oriundos da perspectiva do Estado ainda podem incentivar ou fazer outros países aceitarem a imigração. O realismo aplicado ao tema das migrações deixa a desejar, principalmente por atribuir uma

menor ênfase às questões sociais e, de certa maneira, não se atentar à questão específica de imigração (MEYERS, 2000).

No intuito de esclarecer melhor a corrente realista, do ponto de vista teórico das relações internacionais, o realismo tem como premissa de seu pensamento as seguintes características:

Essas premissas são a centralidade do *Estado*, que tem por objetivo central sua sobrevivência, a função do poder para garantir essa *sobrevivência*, a função do *poder* para garantir essa sobrevivência, seja de maneira independente- no que seria caracterizada a *autoajuda*-, seja por meio de alianças, e a resultante *anarquia* internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 23).

Já na última abordagem feita por Meyers (2000), tida como um parâmetro mais otimista de visão de mundo, o liberalismo absorve a ideia de que a interdependência econômica internacional, as relações transnacionais, a economia institucional internacional e a democracia podem ocasionar a cooperação e, até mesmo, a paz entre as nações. A abordagem liberal se subdivide em duas correntes, conceituadas como o globalismo e o neoliberalismo. Em suma, são considerados os atores não estatais como os atores importantes nas relações internacionais, e as questões econômicas e sociais, tidas como menos relevantes no realismo, assumem maior destaque na discussão das políticas de migração (MEYERS, 2000).

Ao concluir, o autor ainda acrescenta que as teorias domésticas são melhores para entender as políticas de imigração, dado que, nelas, são observadas, a título de ponderação, as questões culturais, sociais, o impacto da soberania para as imigrações. Apesar de terem a sua importância, as teorias de Relações Internacionais têm como foco as políticas estatais e as suas interações, não enfatizando, assim, as questões colocadas pelas teorias domésticas (MEYERS, 2000).

Outra concepção sobre a temática em voga trata do raciocínio que se enquadra no arquétipo sobre o fenômeno migratório internacional contemporâneo por parte de Massey et al. (1993). Segundo os autores, nos últimos 30 anos, as imigrações têm aumentado pelo mundo; além de apresentarem diversas motivações, diferentes teorias buscam explicar o fenômeno da migração internacional. Assim, para o caso do Japão, a queda da taxa de natalidade em conjunto com o envelhecimento da população faz com que o país busque trabalhadores em países pobres, como a Ásia e a América do Sul (MASSEY et al., 1993, p. 431).

Nesse seguimento, depois de iniciado o processo de migração, ou seja, aquela fase de migração tida como pioneira, o processo migratório assume uma perspectiva mais comum em uma comunidade. Surge a aderência de um número maior de pessoas adeptas ao fenômeno,

perpetuando, assim, o ato de migrar, considerando-se que ainda existem outros fatores capazes de fazer esse processo se estender (MASSEY, 1990 apud HAGEN-ZANKER, 2008).

Já em uma perspectiva teórica de ordem econômica, há o entendimento de que o fator econômico foi importante para o processo de desenvolvimento das correntes migratórias. A título de exemplo, a corrente neoclássica explica a existência das migrações internacionais por meio das diferenças entre oferta e demanda por trabalho. Resumidamente, as pessoas migram devido às diferenças de taxas salariais entre países, e o mercado de trabalho passa a ser o agente propulsor dos fluxos migratórios, cabendo ao imigrante ponderar sobre o custo e o benefício de se engajar em uma empreitada migratória (SANTOS et al., 2010).

Contrariando as fundamentações dos neoclássicos, Portes (1995) discorre sobre aqueles que aventaram a hipótese de uma migração acontecer com base na aquisição de bens materiais ou ocorrer em função de uma orientação social. Entretanto, para além do exposto, as migrações podem ser causadas por fatores que envolvem as relações entre centro e periferia, desigualdades estruturais, formas de incorporação econômica informal, dentro outros (PORTES, 1995 apud SASAKI; ASSIS, 2000).

Ainda existe outra perspectiva econômica sobre a migração, que a entende e explica o ato migratório tendo em vista uma ação não individual, mas com base nas ações de grupos de pessoas com vínculos afetivos próximos e influência de ordem política. Cabe elucidar que Massey et al. (1993), ao não se alinharem com a forma de explicação das migrações expostas pelos neoclássicos, acreditavam que era preciso ter em mente que, para migrar, era necessário ponderar a interferência familiar, e não a renda. Ademais, as políticas de Estado são um forte fator para que as migrações ocorram (MASSEY et al., 1993).

Para Ozaki (2015), no momento atual, as migrações internacionais podem ser padronizadas em três categorias. Na primeira, existe uma identidade cultural entre o país emissor e receptor de migrantes; associado a isso, o fato gerador do ato migratório, neste caso, advém de questões de instabilidade socioeconômica do país emissor, ressaltando-se que esta categoria tem aplicação para o caso nipo-brasileiro.

No segundo enquadramento, o processo migratório ocorre com base na busca de trabalho. Para este caso, a fomentação da saída está na desigualdade econômica regional ou na disparidade de condições que surgem em meio a guerras ou conflitos internos. Por último, há uma migração que se manifesta com a necessidade de complementação de renda doméstica; nesta situação, um membro ou mais de um núcleo familiar parte para o exterior para trabalhar e, de lá, remete parte dos seus proventos à terra natal, processo verificado no caso de muitos filipinos (OZAKI, 2015, p. 95-96).

Mediante o exposto, é possível verificar que há um expressivo espectro de teorias que investigam e tentam explicar as motivações para o processo migratório. De certa forma, é possível inferir, portanto, que elas são complementares para o entendimento da ocorrência do fenômeno migratório e as possíveis motivações que levam os seus agentes a se deslocarem.

### **1.3 Tipos de Migração**

A migração se faz importante para o homem tendo em vista que nele o instinto itinerante faz parte da sua natureza, haja vista que é imprescindível a busca de recursos para sobreviver, explorar, conquista e possuir. King (2012), ao levantar uma discussão sobre as tipologias que envolvem a migração, afirma que, apesar de haver uma expansão literária sobre o tema, estudos com real impacto das migrações ainda são pouco comuns, talvez justificados pela diversificação dos tipos de migração. Para ele, tanto no passado e, de certa forma, na atualidade, os tipos de migrações estão concentrados nas migrações temporárias de trabalhadores, de migrantes colonos e de refugiados (KING, 2012).

Em meio à diversidade de tipificações e teorias que envolvem o tema sobre as migrações internacionais, munido de uma proposta que atenda a especificidade de um determinado local, no caso da jornada Brasil-Japão e na construção dos tipos ideais weberianos, Makino (2011) traça o que ele chama de um modelo alternativo-complementar para a migração japonesa para o Brasil. De certa forma, o autor elucida padrões que levaram os japoneses a aportarem em solo brasileiro e a uma parcela expressiva não retornar mais para o Japão. Nesse modelo, são identificados 4 tipos: imigração subsidiada, imigração patrocinada, imigração espontânea e imigração técnica (MAKINO, 2011).

No caso da imigração feita a a partir de subsídios, existe um agente que custeia as despesas da viagem dos imigrantes. No caso dos japoneses, em um primeiro momento é possível elencar o governo brasileiro, ao proporcionar e incentivar os japoneses a deixarem o seu país de origem e atuarem como trabalhadores nas lavouras cafeeiras do início do século XX. Ademais, outra tipificação feita é a imigração patrocinada, caracterizada por prevalecer um custeio total ou parcial de logística e acomodações do imigrante para chegar ao Brasil; entretanto, neste caso, o recurso parte do governo japonês. Vale mencionar que o período entre 1929 a 1933 foi a fase com mais auxílio oriundo do governo nipônico, mas, após isso, houve uma queda gradativa das verbas japonesas (MAKINO, 2011).

Nesse encadeamento de ideias, não menos importante para discussão feita sobre os tipos de imigração apresentadas acima, há aquela calcada no alto grau de especialização/técnica

detida por aqueles que migram para outro país ou por deficiência de especialização do país que recebe o imigrante detentor desse conhecimento, configurando-se, assim, uma imigração técnica. Cabe evocar o fato de que o governo do Brasil, na década de 1950, visando à proposta desenvolvimentista do país, investiu na contratação de japoneses especializados para atuar em projetos de construção e postos de trabalho como agrônomos, médicos e veterinários. Além disso, pelo lado do governo japonês, em meio a uma expressiva crise econômica pós-Segunda Guerra Mundial, havia um clima atraente para os especialistas nipônicos se dirigirem ao Brasil (MAKINO, 2011).

Como último tipo de imigração listado por Makino (2011), na imigração espontânea verifica-se como diferencial a questão de quem financiava os gastos do ato de migrar; aqui, as despesas incidem exclusivamente sobre o imigrante e sem o auxílio de terceiros. Insta saber que essa forma de adentrar ao Brasil foi a mais aplicada ao longo da trajetória japonesa visando o território brasileiro (MAKINO, 2011).

Pondera-se, então, que tanto fatores racionais quanto subjetivos são capazes de direcionar o ato migratório, principalmente na questão da análise do fenômeno de kassegui. Segundo Ferreira (2007), as pessoas que estão mais sujeitas a aderir aos processos de migrações podem ser observadas sob 3 vertentes. A primeira é chamada de classe das pessoas despossuídas de bens materiais e serviços que migram em decorrência desta situação. A segunda é tida como a classe dos limitados, pois essas pessoas precisam empenhar-se para manter aquilo que possuem; por exemplo, a classe média em fase de empobrecimento, como no caso dos migrantes brasileiros que vão para os EUA e Japão. Por último, há a classe dos afortunados; nela, os seus integrantes estão insatisfeitos com o que possuem e visam a ampliar suas posses; aqui pode ser citado o caso de grandes empresários que fazem negócios em outros países (FERREIRA, 2007, p. 29).

#### **1.4 Migração de Trabalho: Dekassegui**

A migração em busca de trabalho pode ser considerada como um dos motivos mais importantes que levam um grupo de pessoas ou um indivíduo a migrar. Apesar de contar com outras motivações, como guerras e conflitos, políticas de determinado local, cultura, mídias sociais, condições de desemprego, crises econômicas, perseguições, dentre outros, o fato é que há uma miscelânea de motivos e circunstâncias que permeia a questão migratória e que podem ocasionar uma transformação social, sendo objeto de estudos mais detalhados.

É nesta ótica que a migração do trabalhador de origem nipônica também perpassa a questão da identidade. Nesse sentido, cabe um esclarecimento acerca do *dekassegui*, conceito que, ao longo do seu uso, adquiriu diversas conotações em diferentes literaturas e foi tido como uma categoria social e culturalmente edificada. Na definição originária da palavra *dekassegui*, o seu significado remete ao ato de uma pessoa se afastar da sua família temporariamente para trabalhar em uma determinada região ou país estrangeiro. Ou seja, os japoneses no Japão se deslocavam das regiões, principalmente do norte, local climaticamente mais frio, ou até mesmo das áreas menos desenvolvidas, em busca melhores condições de trabalho, haja vista que, em momentos de inverno, nas porções setentrionais do país, a atividade agrária é inviabilizada até a chegada da estação propícia para o plantio. Assim, o *dekassegui*, na sua concepção original, era aquele que mudava para outra região para trabalhar por prazo determinado e retornava para o seu local de origem (SASAKI, 2005).

Cabe mencionar que algumas literaturas fazem a classificação de *dekassegui* apenas para aquelas pessoas nipo-brasileiras que foram para o Japão nos anos 1980 e em outras não há distinção ou tal demarcação temporal. Assim, a título de esclarecimento, para este trabalho adota-se a definição original de *dekassegui*, ou seja, aquela em que o indivíduo deixa a sua terra natal em busca de trabalho. Logo, tanto na imigração dos primeiros japoneses para o Brasil quanto aqueles que descendem de japoneses que voltaram para o Japão para trabalhar recebem a mesma classificação;

Com a onda de descendentes nipo-brasileiros que adentraram o Japão, principalmente na década de 1980, os descendentes de japoneses tiveram a definição de *dekassegui* associada às suas identidades quando vão ao Japão em busca de trabalho. Entretanto, Sasaki (2005), de forma muito perspicaz, atenta para o fato de alguns japoneses nativos terem uma imagem pejorativa da atuação do *dekassegui* em solo japonês, pois estes tendem a se sujeitar aos trabalhos rejeitados pela sociedade japonesa, isto é, submetem-se a serviços e locais caracterizados como os 5Ks, isto é, Kitanai/ 汚い (sujo/nojento); Kiken/ 危険 (perigoso); Kitsui/ きつい (penoso); Kibishii/ 厳しい (pesado) e Kirai/ 嫌い (detestável). Havia, no início do fenômeno migratório para o Japão, a ideia de que esse tipo de trabalhador era um mal necessário, dada a necessidade de mão de obra de menor remuneração e a dinâmica intensa da atividade econômica nipônica (SASAKI, 2005).

Associado ao exposto, para além das mazelas oriundas das diferenças culturais, ainda existe uma corrente de japoneses que criticam os *dekasseguis* atuantes no Japão, tidos como

usurpadores de emprego e riquezas do Japão. Dito de outra maneira, os nikkeis/日系 (termo utilizado para aqueles indivíduos com ascendência japonesa) vão para o Japão e, ao concretizar o seu pé-de-meia, simplesmente retornam para o Brasil sem realizar investimentos no Japão; ou seja, não prestam uma devolutiva para o país que os abrigou. Como consequência, geram uma fuga de dinheiro que deveria ser revertida para o país que lhes proporcionou uma condição de sobrevivência, não mostrando, assim, qualquer tipo de agradecimento pela acolhida.

Em meados da década de 1980, o fenômeno de kassegui tomou maiores proporções, em que os descendentes de japoneses fariam o processo inverso, retornando para o Japão. Segundo Miyao (2002), os precursores eram os imigrantes que não foram bem-sucedidos no Brasil, e ainda havia na comunidade nikkei uma visão de desprezo e de fracasso por regressar ao Japão com o intuito de ser um de kassegui. Com o passar do tempo e em meio aos resultados alcançados por aqueles que partiram para o Japão naquela época, a imagem degradante do de kassegui foi sendo atenuada e, até mesmo, na década seguinte, houve um aumento no número de pessoas inseridas nesta empreitada. Assim, começaram a surgir exigências, como a demanda por candidatos jovens, com boa disposição para o trabalho e certo domínio do idioma japonês (MIYAO, 2002).

Não obstante, em meio a um processo de imigração que, num primeiro momento, fundamenta-se na busca de trabalho, tal objetivo pode sofrer alterações e se adequar a uma nova realidade. Para Miyao (2002), no início da ida dos nikkeis para o Japão, a meta era conquistar lá o que não se poderia obter no Brasil. Contudo, acrescenta-se que alguns indivíduos da segunda/nissei e a terceira/sansei geração de nipo-brasileiros isentos de projetos de vida se inseriram na leva para o Japão apenas para aproveitar uma oportunidade. Desse modo, a perda do objetivo inicial seria um dos efeitos negativos de se embarcar na onda do fenômeno de kassegui (MIYAO, 2002).

No que tange à continuidade do legado da cultura japonesa no Brasil, surge uma responsabilidade sobre a figura do de kassegui, haja vista que a vinda de japoneses imigrantes para o Brasil é quase inexistente. Ainda, a sociedade nikkei do século XXI é definida como aquela que, apesar de traços de japonês, ou seja, do fenótipo asiático, constata-se a ausência do domínio o idioma japonês, tanto no Brasil como no Japão. Assim, verificam-se diversos vislumbres que norteiam a questão da identidade cultural dos grupos ligados ao Brasil e ao Japão.

Isso pode ser verificado na ênfase dos governos dada sobre o tema. Acerca disso, Miyao (2002) destaca que, para o Brasil, há a preocupação da integração dos povos e a composição da

nacionalidade junto com a questão cultural. Logo, esses são assuntos que fazem parte da questão nacional. Por outro lado, para o Japão é mais importante existir um milhão de nikkeis que saibam a cultura japonesa do que um milhão de brasileiros apenas com a aparência japonesa (MIYAO, 2002).

Visando ao deslinde do fenômeno migratório Brasil-Japão e à atuação do principal personagem desta saga, que é o dekassegui, faz-se necessário um prévio retrocesso temporal de modo a trazer à tona as origens e peculiaridades que configuraram essas migrações. Assim, nas próximas páginas deste estudo, serão retratados, de forma breve, alguns aspectos essenciais acerca desse movimento em discussão; partindo da Era Meiji, que trouxe muitos japoneses para o Brasil, até a reversão desse processo iniciado nos anos 1980.

## 2 O PROCESSO HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO NIPO-BRASILEIRA

### 2.1 Era Meiji e o início oficial do fenômeno de kassegui

Com o fim da era Edo, o Japão feudal ainda se encontrava industrialmente atrasado e fechado para as relações internacionais; era o prenúncio do fim da sociedade estratificada por meio do Xogunato/bakufu (espécie de regime feudal) composta pela figura de Xoguns (comandantes de exércitos), os daimyos (classe aristocrática) e os samurais ou bushi (espécie de guerreiro). É nesse período histórico que o Japão fica envolto em uma crise feudal oriunda de uma fragmentação política e rivalidades entre feudos de daimyos e, ao final, sob o comando do clã dos Tokugawas – um dos mais importantes da época e com grande contribuição para o desenvolvimento do país –, perde sua força de dominação no território japonês.

Anderson (2004) elucida que, nessa fase de ruptura da velha ordem feudal oriunda de uma erosão econômica mercantil, havia revoltas aleatórias e ainda desorganizadas por parte dos camponeses, principalmente no setor da rizicultura, mas que ainda eram insuficientes para serem considerados como uma ameaça política (ANDERSON, 2004, p. 448-449).

Foi na restauração do império Meiji que as ilhas Ryukyu e Hokkaido passaram a ser colonizadas em meio às grandes mudanças que ocorriam no país, principalmente no setor político, econômico e social. Era proposta uma nova ideologia que buscava reunir os cidadãos, influenciados pela postura ocidental, sendo criadas instituições e optando-se pela centralização do governo (EBREY; WALTHALL; PALAIS, 2009).

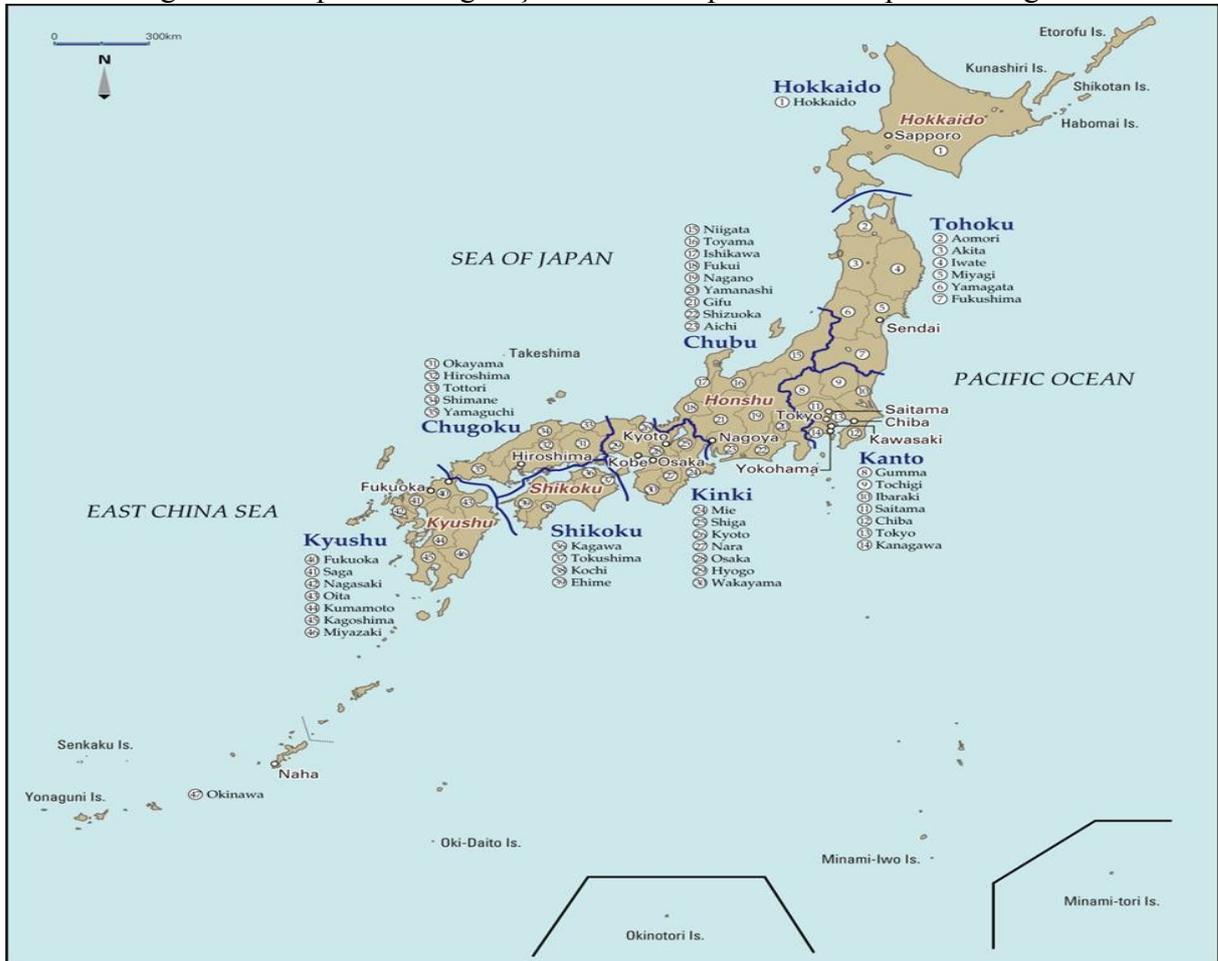
Entretanto, é por meio da intervenção exógena que houve a condensação de fatores que levaram ao declínio do Estado xogunal, verificada pela imposição de forças americanas, russas, britânicas e francesas pleiteando de forma incisiva a abertura das relações comerciais e diplomáticas com os japoneses. Nesse contexto, destaca-se a intervenção do Comandante Matthew C. Perry, que força o Japão a abrir suas portas para o ocidente, por meio do Tratado de Kanagawa (ANDERSON, 2004, p. 456).

À luz da obra de Meyer, essa fase é tida como intrusão do ocidente ocorrida por volta de 1853, quando o comandante representou os esforços do ocidente para abrir o Japão. Além disso, os norte-americanos já demonstravam um forte interesse no Japão visando ao aumento das trocas comerciais, de modo que, antes de Perry, por 12 vezes tentou-se, de forma frustrada, estabelecer comércio com os japoneses (MEYER, 2009, p. 103-104).

É sob um histórico de reclusão para as relações exteriores e econômicas que o sistema feudal é liquidado e abre espaço para a emergência de uma política de cunho capitalista. Assim,

com a queda do bafuku, inicia-se a era Meiji com uma concepção de Estado unificado (ANDERSON, 2004, p. 458).

Figura 1 – Mapa da configuração atual do Japão e suas respectivas regiões



Fonte: Embaixada do Brasil no Japão (2018).

A Era Meiji ou Meiji Jidai (明治時代), podendo ser traduzida como “Era das Luzes”, remete ao período de 1868 a 1912, no qual o Japão teve uma expressiva ascensão como potência mundial. Isso ocorreu por meio de um ideal que buscava a modernização do país, expansão das relações externas, empenho diplomático e comercial. Dessa maneira, abriu suas portas para uma nova fase em prol do desenvolvimento e de novos empreendimentos, tendo como então líder o imperador Mutsuhito.

Assim, movido por uma nova política, por inovação no setor econômico e investimento em um poderio bélico, o Japão inaugura a Era das Luzes por meio de tributações rurais e uma reforma agrária para angariar capital, com o intuito de estimular o processo de industrialização e expansão territorial. Cabe destacar que o Japão é um país carente de recursos naturais, como

o petróleo, dentre outros, sendo a escassez de fontes energéticas um relevante empecilho para o seu desenvolvimento. Ainda, com um território pequeno, envolto por ilhas e uma topografia acidentada, esses fatores, de certo modo, fomentaram o ímpeto japonês pela expansão, de modo a se aventurar pelas vias do imperialismo.

É mister salientar que nesse cenário posto em tela ocorre um acordo feito entre o imperador Mutsuhito e a aristocracia japonesa, do qual se originam os zaibatsus, isto é, os conglomerados que fomentavam a industrialização ou oligopólios industriais. Dentre eles, pode-se destacar o clã dos Mitsui, Sumitomo e Yasuda, que, atualmente, compõem grandes redes financeiras e importantes empresas do setor automobilístico e comercial, inicialmente em território japonês e, posteriormente, expandindo-se pelo mundo de forma significativa.

Ademais, impulsionado pelo processo de Restauração proporcionado pelo governo Meiji, implementaram-se diversas reformas fiscais que, de certa forma, impactaram negativamente o pequeno campesinato, de modo a desencadear um processo emigratório (LEÃO, 1989, p. 17).

Com o fim do xogunato, em meio a uma população de 30 milhões de pessoas, 84% eram lavradores, 7% pertenciam à abolida classe de samurais e o restante dividia-se entre as demais classes. Acirrou-se, assim, a situação de desemprego, superpopulação e crise econômica. Além disso, com a abertura dos portos japoneses para o ocidente, tanto a China como a Coreia criaram maiores restrições comerciais com os japoneses (TETSUYA; YAMASHIRO, 1992, p. 27).

Apesar de nos séculos XVI e XVII terem ocorrido algumas migrações de japoneses para outros territórios do sudeste asiático, o processo de emigração dos japoneses para o exterior de forma mais significativa teve início a partir de 1880. A Austrália inaugurou a primeira emigração oficial de pescadores japoneses de pérolas, e foi somente após o ano de 1885 que o Havaí aderiu ao fluxo migratório de japoneses (TETSUYA; YAMASHIRO, 1992, p. 31).

Contabiliza-se que os emigrantes japoneses no Havaí teriam enviado para o Japão, até 1915, algo em torno de 2,5 milhões de dólares por ano, ao passo que, em solo japonês, o trabalhador rural recebia somente 15 sens (1 Sen equivale a um centésimo de iene, estando atualmente em desuso). Desse modo, os montantes enviados pelos japoneses ao Japão representavam para o governo uma maneira de reduzir as tensões sociais oriundas do setor agrícola (TETSUYA; YAMASHIRO, 1992, p. 31).

O quadro a seguir elucida o fluxo migratório dos japoneses em um primeiro momento da Era Meiji. Nota-se que, inicialmente, tanto a América Central como a do Sul ainda não eram alvo da empreitada nipônica, de modo que os EUA recebiam a parcela expressiva dos

decaasséguis. Todavia, com o passar dos anos, os valores vão se invertendo, e os países latinos passam a receber os japoneses.

Quadro 1 – Principais locais de destino e número de imigrantes japoneses de 1868-1910

Período	EUA e outros	América Central e do Sul	Sudeste da Ásia	Total
1868-1880	901	-	-	901
1881-1890	20.450	-	-	20.450
1891-1900	114.617	792	1.314	116.723
1901-1910	116.159	19.597	11.173	146.429

Fonte: TETSUYA, YAMASHIRO, 1992, p. 33.

Figura 2 – Primeira foto dos ancestrais da família Okudaira na Era Meiji



Fonte: Acervo pessoal.

## 2.2 A chegada ao Brasil e dificuldades dos primeiros dekasseguis

Apesar das diversas e importantes modificações que ocorrem para o desenvolvimento e unificação do Estado japonês, a situação predominante no início do governo Meiji era de revoltas camponesas motivadas pela cobrança de impostos em dinheiro, haja vista que nem todas as províncias tinham esse costume e as transações em dinheiro não eram habituais, sendo o pagamento feito pelo produto in natura. Outro ponto agravante para o descontentamento dos camponeses era sobre o governo, pois havia aderido à política de importar arroz originário da Coreia e de Taiwan, gerando, desse modo, a queda do valor do produto interno e acentuando a

pobreza. Em decorrência disso, os camponeses em situação de miséria eram motivados a apelar para a emigração (SAKURAI, 2013, p. 154).

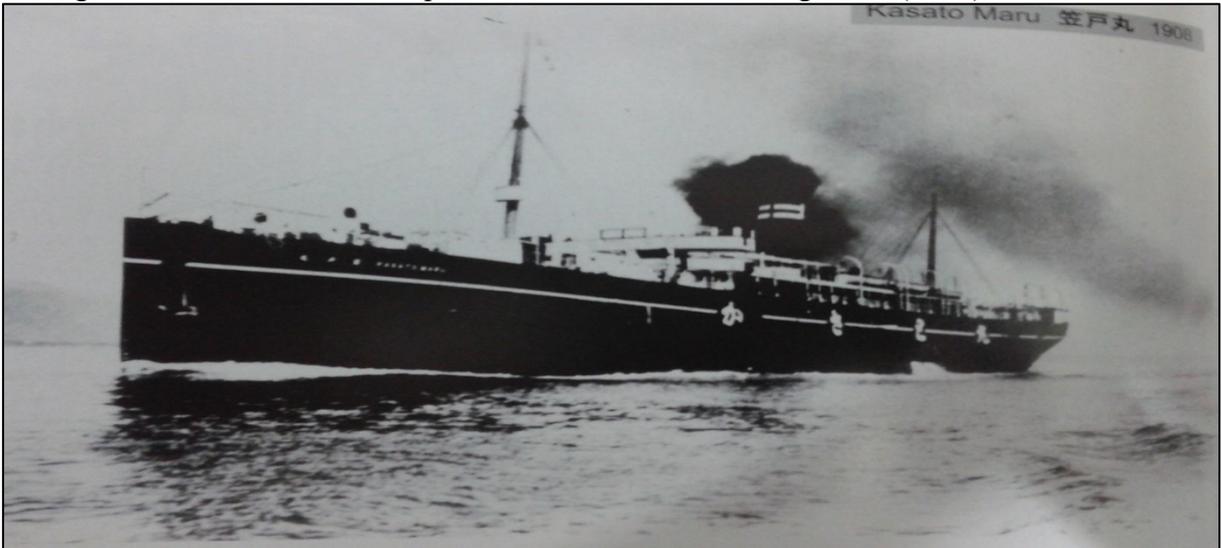
A Restauração da Era das Luzes caracterizou-se por ser um processo de modernização do Japão, porém, em contrapartida, dois fatores impulsionaram a corrente emigratória japonesa, sendo o aumento da população e a questão da tributação. De fato, o crescimento populacional foi favorecido por diversas medidas governamentais, como a proibição do aborto, do infanticídio e melhorias das condições médico-sanitárias, levando à aceleração da taxa de crescimento demográfico japonês. Por outro lado, a questão das reformas fiscais, principalmente com relação à cobrança do imposto territorial rural, foi algo que deixou subitamente os camponeses envoltos em pesadas cargas tributárias, e o setor industrial ainda se manifestava de forma tímida, incapaz de trazer para si aquela mão de obra excedente do campo (LEÃO, 1989, p. 16-17).

Concomitantemente, o final do século XIX foi um período de grandes transformações para o Brasil também, havendo significativas mudanças na questão social, econômica e conjuntural da política vigente naquele tempo. Dentre elas, é possível elencar, principalmente, a abolição da escravatura, a transição do Brasil para República e a produção cafeeira, que foi fonte de riqueza das oligarquias brasileira. Logo, esses fatores, de certa forma, estavam entrelaçados de modo a contribuir para a construção da situação estrutural do país e a vinda dos japoneses.

O café, na segunda metade do século XIX, conseguiu ultrapassar o açúcar no quesito das exportações e, gradativamente, foi se espalhando pela região de São Paulo, que se tornou responsável por 50% da produção cafeeira do Império. No princípio do cultivo do café, as fazendas faziam uso de escravos. Porém, decorrente das políticas de abolição da escravidão, sobreveio uma escassez de oferta de mão de obra e, conseqüentemente, houve a inserção de trabalhadores livres assalariados. Estes eram expressivamente de origem europeia e, posteriormente, vieram os japoneses para os campos de café (LOPEZ; MOTA, 2012).

É em meio ao cenário descrito, no intuito de atender os interesses brasileiros e nipônicos, que as motivações para a imigração tiveram sua gênese; de um lado, o Brasil demandando mão de obra e, de outro, o Japão ofertando trabalhadores. Desse modo, as jornadas para cruzar fronteiras marítimas e terrestres foram se acentuando, e a busca por sobrevivência mais digna e o desejo de juntar uma economia, para depois retornar ao Japão, alimentaram o ideal daqueles que embarcaram inicialmente no Porto de Kobe, aportando em Santos.

Figura 3 – Primeiro navio a aportar no Brasil com 780 imigrantes (1908): Kasato Maru



Fonte: Coletânea de fotos - Navios de emigração que atuaram antes da Segunda Guerra Mundial (2011).

A foto acima releva o primeiro navio que partiu do Japão, em 1908, rumo ao Porto de Santos, no Brasil; nele, havia 780 emigrantes, sendo um marco na história migratória dos nipo-brasileiros. A embarcação foi construída na Inglaterra em 1900 e, após ser içado de Port Arthur, foi recuperado e utilizado para transporte de pessoas. Contudo, a partir de 1930, o navio passou a ser utilizado para o transporte de peixes e seus derivados. Com a deflagração da 2ª Guerra Mundial, os russos explodiram e afundaram o navio em alto mar (NAVIOS DE EMIGRAÇÃO QUE ATURARAM ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, 2011).

Conforme Sakurai (2013), os preparativos e requisitos para embarcar para o Brasil naquela fase eram mais flexíveis. Porém, em meio a famílias inteiras que foram enviadas para o Brasil, pelo menos 3 de seus membros deveriam ter aptidão para trabalhar. É interessante mencionar que outros países receberam bastantes migrantes japoneses oriundos de Kyushu e Okinawa, ao passo que, no caso do Brasil, houve a recepção de japoneses oriundos de províncias como Shikoku e Hokkaido, proporcionando, assim, uma diversidade cultural do regionalismo japonês dentro do próprio Brasil (SAKURAI, 2013, p. 245).

O início da saga sobre a vinda dos japoneses para o Brasil é deflagrado em 1908 e é tido como um caráter experimental, pois, com a vinda dos japoneses, poderia haver uma substituição da mão de obra dos italianos que chegavam ao país para atuarem nas lavouras de café. Assim, tanto o governo nipônico como o brasileiro passaram a estreitar os seus vínculos diplomáticos já existentes desde 1895 por meio de um tratado de comércio, no intuito de promover a chegada de trabalhadores japoneses. Fazendo-se um adendo, a vinda dos imigrantes japoneses foi subsidiada por fazendeiros de café. Contudo, posteriormente, o governo nipônico arcou com

tais despesas e houve uma campanha para recrutar pessoas, sendo feita por meio de um forte marketing que levaria até os seus cidadãos a ideia de enriquecimento fácil trabalhando no Brasil (SAKURAI, 2013, p. 245).

O processo de imigração dos japoneses para o Brasil teve seu início de forma tardia ao ser comparado com o da chegada dos europeus. Uma explicação plausível para isso estaria na ausência de uma atuação diplomática mais antecipada para o caso nipo-brasileiro. Sobretudo, pairava um ambiente de hostilidade e preconceito sobre a figura do asiático; a mente dos políticos brasileiros daquele momento detinha fundamentos teóricos que remetiam à questão da superioridade racial e, por fim, existia a ideia de que o uso da mão de obra asiática levaria à substituição da escravidão negra pela amarela. Por outro ângulo, na visão das autoridades japonesas, o potencial brasileiro como um país receptor de imigrantes era desconhecido ou passava despercebido, logo justificando a ausência de um investimento mais adiantado da migração nipo-brasileira (MAKINO, 2010, p. 8-10).

O movimento inicial de chegada dos isseis /一世 (primeira geração de japoneses, isto é, aqueles com nacionalidade oriunda do *ius sanguinis* que nasceram no Japão e vieram para o Brasil) em solo brasileiro é dividido em três fases. A primeira delas remete ao período de 1908-1924; nesta fase, o Brasil se torna um importante receptor dos imigrantes nipônicos. Na segunda fase, que compreende os anos de 1924 a 1945, ainda um pouco antes delas, o Japão passa pela Revolta do Arroz (1918) e, cinco anos depois, por um forte abalo sísmico na região de Kanto (Tóquio e suas adjacências), que motiva ainda mais as migrações para o Brasil. Já na terceira fase, de 1945-1970, paira o contexto da 2ª Guerra Mundial, sendo que, com o seu fim, novamente retomou-se a migração para o Brasil em meio à devastação do território japonês, finalizando-se esse período com o crescimento econômico dos japoneses por volta dos anos 1970 (COSTA, 2007).

É importante frisar que a imigração asiática não ocorreu de forma auspiciosa; de fato, o que havia era um embate com muitas divergências sobre a vinda de imigrantes asiáticos. O ambiente era de muita rejeição e manifestação de preconceito, principalmente pelo Senado brasileiro; de modo que, para além do Brasil, a ofensiva aos japoneses também foi praticada em outros países, como EUA e Peru.

Segundo Nogueira (1979), em 28 de junho de 1890, por meio do decreto 528, o Brasil autorizou a entrada no país de todas as pessoas estrangeiras que fossem válidas e capazes para trabalharem em seu território; entretanto, era vedada a disposição para indígenas africanos e asiáticos. Nesse ínterim, o Senador Monteiro de Barros tramitava um projeto de lei que permitia

a entrada do imigrante chinês e japonês, com a ressalva de que não se tratasse de um indivíduo de má índole, ou seja, não deveria ser indigente, mendigo, pirata ou estar envolvido em crimes no seu país de origem (NOGUEIRA, 1979, p. 3).

A figura abaixo ilustra uma das propagandas de uma companhia de recrutamento utilizada para atrair japoneses para o Brasil.

Figura 4 – Propaganda de chamada para trabalhar no Brasil



Fonte: Imigração Japonesa.

Em oposição às expectativas geradas pelos primeiros imigrantes japoneses e ao que tinha sido contratado ainda em solo oriental, a decepção e o arrependimento, ao serem introduzidos nas fazendas de café, eram os sentimentos que prevaleciam para os participantes daquela nova empreitada. Assim, as chances de acumularem algum dinheiro ou até mesmo ficarem ricos e retornarem para o Japão se tornava um sonho cada vez mais distante.

Em primeiro lugar, a produção da família japonesa nos campos de café somente custeava as despesas de viagem e gastos nos armazéns das fazendas. Além disso, as diferenças culturais eram marcantes, como o aprendizado de um novo idioma e a dieta alimentar, que foi um entrave para adaptação no país. Só para exemplificar, com a falta de fonte de proteína, os japoneses tiveram que superar tabus, como o abate de suínos, uma vez que tal ato era tido como impuro e delegado aos excluídos da sociedade japonesa, chamados de burakumin, a casta mais rebaixada do período medieval japonês cujos membros eram encarregados de executar os serviços tidos como impuros (SAKURAI, 2013, p. 246).

Para além do forte desejo de retornar para sua terra natal, diferenças climáticas, culturais e alimentares, muitos japoneses cederam a essas questões de adaptação no novo cenário brasileiro e parte desse processo de assimilação decorreu mediante a vivência cotidiana nas

fazendas de café e a interação com outros colonos. Dessa maneira, iniciou-se uma edificação de sentimento de territorialidade que não só buscou romper com barreiras culturais do brasileiro, mas também foi estabelecendo um ambiente composto por miscelânea de povos, como italianos e espanhóis, que contribuíram significativamente para a construção de uma nova territorialidade fomentada pelo processo de imigração para o Brasil (BOMTEMPO; SPOSITO, 2009).

### 2.3 O dekasegui durante o período entreguerras

Com a entrada do século XX, as migrações de japoneses começaram a ganhar números expressivos de adeptos, e a possibilidade de enriquecimento nas lavouras de café do Brasil fomentava mais ainda a cruzada para um novo mundo. Contudo, não houve um aumento contínuo e progressivo pelos atrativos inicialmente dispostos pelo governo brasileiro, como condições dignas de trabalho, um salário que pudesse satisfazer as necessidades básicas possibilitando que se poupasse uma parcela, e até mesmo o processo de adaptação cultural. Assim, é em meio a diversos fatores endógenos e exógenos que a vinda dos japoneses para o Brasil passou por várias oscilações ao longo dos anos, de modo a impedir que o fluxo migratório para o país sul-americano fosse constante.

O quadro abaixo demonstra os altos e baixos da entrada dos japoneses no Brasil entre 1908 e 1925.

Quadro 2 – Número de imigrantes japoneses que entraram no Brasil entre 1908 e 1925

Ano	Imigrantes japoneses chegados ao Brasil
1908	830
1909	31
1910	948
1911	28
1912	2.909
1913	7.122
1914	3.676
1915	65
1916	165
1917	3.899
1918	5.599
1919	3.022

1920	1.013
1921	840
1922	1.225
1923	895
1924	2.673
1925	6.330

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1951 apud LEÃO, 1989, p. 28).

Nessa perspectiva, Leão (1989) deslinda a situação dos recém-chegados às fazendas como um ambiente de frustrações, de violento choque cultural e elevado índice de abandono de contrato de trabalho e fugas no meio da noite, determinando, assim, um fator para a irregularidade do fluxo migratório. Tal situação se tornou tão preocupante a ponto de chamar a atenção das autoridades do governo japonês, que, por um tempo, suspendeu o embarque de novos imigrantes e teoricamente passaria a ser mais criterioso quanto à seleção das pessoas que comporiam os campos cafeeiros (LEÃO, 1989).

Para além do exposto, após a primeira década de entrada dos anos 1900, a política do governo paulista passou por várias subvenções, e a vinda de trabalhadores europeus aumentou nas lavouras, de modo que, aos olhos do governo, a busca pela mão de obra japonesa foi tida como supérflua – isso sem contar a questão da onerosidade quanto ao transporte e fixação por novos orientais (LEÃO, 1989).

O período entreguerras (1919-1939) é tido como o interregno na ocorrência das duas maiores guerras vivenciadas pela humanidade. Segundo Hobsbawm (1995), esta fase (1914-1945) é tida como a era da Catástrofe, pois, antes de 1914, as pessoas daquele tempo vivenciaram o que foi a paz; entretanto, após isso, sobreveio um momento histórico em que não caberia mais esse termo (HOBSBAWM, 1995, p. 30).

Logicamente, os efeitos dessa catástrofe também reverberaram para que houvesse uma grande alteração nos índices que registravam a entrada dos japoneses no Brasil, alterando, assim, os fluxos migratórios. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a princípio houve uma restrição da corrente migratória europeia em 1917. Dessa maneira, a busca pela mão de obra japonesa passou a ser novamente requisitada e futuramente sofrer uma paralisação. Nessas circunstâncias, especialistas concluem que a entrada de imigrantes japoneses tinha como motivação essencial ocupar as lacunas deixadas pelos trabalhares europeus, ocupando um patamar de reserva ou substituto (LEÃO, 1989).

Fazendo uma prévia retomada, a Primeira Guerra Mundial foi deflagrada em 1914 e se manteve até 1918; foi um conflito que envolveu as grandes potências internacionais da sua época e que tinha por motivações a implementação de políticas imperialistas. Foi por meio de diversas alianças que agentes estatais foram se envolvendo no conflito, de modo a ter havido um cenário bélico polarizado. Assim, um lado era composto basicamente por Reino Unido, França e Império Russo, e o outro, pelo Império alemão, Áustria-Hungria e o Império Turco-Otomano.

Apenas para elucidar o pano de fundo desse momento, Kissinger (2012) atenta para o fato de que o início da Grande Guerra foi o embate entre Tríplice Aliança e a Tríplice Entente, que era cada vez mais grave. Nesse cenário, cada vez mais as estratégias militares iam se solidificando o potencial de uma catástrofe de nível global, na qual os estadistas tinham arquitetado uma máquina do juízo final que ia cada vez mais se superando e fomentando o turbilhão da guerra (KISSINGER, 2012).

Não menos importante para a compreensão das oscilações das migrações japonesas para o Brasil era a influência dos Estados Unidos, pois atuavam como receptores dos nipônicos. Entretanto, em 1924, os norte-americanos puseram em prática a *Quota immigration Law*, que colocava fim ao acesso do emigrante japonês ao solo estadunidense. Além disso, poucos anos depois, uma crise econômica de ordem mundial assolou o setor cafeeiro brasileiro. Em consequência disso, mais uma vez ocorreu uma variação no número de japoneses entrados no Brasil (LEÃO, 1989).

Quadro 3 – Número de imigrantes japoneses que entraram no Brasil de 1926 a 1936

Ano	Imigrantes japoneses entrados no Brasil
1926	8.407
1927	9.084
1928	11.169
1929	10.048
1930	11.076
1931	5.632
1932	11.678
1933	24.494
1934	21.930
1935	9.611
1936	3.300

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1951 apud LEÃO, 1989, p. 31).

Em 1919, com o fim da Primeira Guerra Mundial e em meio ao Tratado de Versalhes, o Japão mostrou-se insatisfeito com o acordo, pois as potências não atenderam de forma razoável as exigências de expansão territorial propostas pelos japoneses; desse modo, saem da mesa de negociações sentindo-se humilhados. Não demoraria para as relações econômicas com os Estados Unidos fossem abaladas, sendo agravadas pela quebra da bolsa de Nova Iorque e a Grande Depressão.

Para além das sequelas causadas pela Primeira Guerra Mundial, outro episódio ainda marcou o entreguerras, a Grande Depressão. Tida como um colapso econômico de amplitude mundial que quase desestruturou o sistema capitalista; acrescenta-se que todos os rincões que faziam uso de transações de mercado sentiram de alguma forma o seu impacto. Nesse sentido, os próprios Estados Unidos, considerados como o porto seguro dos desventurados, foram o núcleo desencadeador da crise de 1929 (HOBSBAWM, 1995).

Simultaneamente ao pânico das finanças internacionais de 1929, o Japão também passou por uma crise socioeconômica com uma política de militarização intensiva e crescimento de partidos direitistas e pró-fascistas. Em meio à situação descrita, havia mais de 3 milhões de pessoas desempregadas, problemas climáticos influenciavam negativamente as colheitas, era comum o suicídio de famílias inteiras, venda de propriedades, nas escolas primárias pairava a subnutrição e até mesmo pais faziam de suas filhas mercadorias em prostíbulos no intuito de quitar suas dívidas. Dessa forma, mais de 10 mil pessoas saíram do Japão rumo ao Brasil, chegando ao ponto de o governo nipônico fornecer 50 ienes para cada indivíduo maior de 12 anos, além da passagem (UCHIYAMA; TETSUYA; YAMASHIRO, 1992).

Em meio à ordem internacional de Versalhes, um rescaldo belicoso ainda estava por emergir. O que era para ser uma tentativa de apaziguar o cenário internacional acabou por fomentar outra tragédia nos registros da história do século XX. Cabe fazer um adendo para mencionar que o período do entreguerras é tido como o mais letal da época e visava à derrubada da ordem internacional e à expansão e ao controle de novos territórios. Ainda, na fase mais intensa do conflito, que foi a Segunda Guerra Mundial, houve um expressivo avanço da tecnologia que foi empregada nas atuações bélicas.

Apesar de ter sua gênese ainda enraizada na Primeira Guerra, é mais precisamente no período de 1939 a 1945 que os fatos mais trágicos ocorrem, afetando, dessa forma, a vinda de japoneses para o Brasil e a própria existência dos que aqui já se encontravam. Na Segunda Guerra Mundial, novamente houve uma cisão de grupos de atores que se posicionaram antagonicamente em dois blocos, os Aliados, de um lado, e, do outro, o Eixo. Do lado dos

Aliados, algumas das principais potências eram a União Soviética, Estados Unidos, Império Britânico, França e China; já como confrontantes de destaque estavam os líderes da Itália, Alemanha e Japão, encabeçando o grupo do Eixo.

Para constar, na visão das autoridades japonesas, a situação gerada pela crise de 1929, e que também atingia aquele país, era uma forma de solucionar problemas internos como o desemprego, pois favorecia a saída dos seus cidadãos, haja vista que, para o governo, era mais fácil agilizar a partida do imigrante do que o manter dentro do país. Esse artifício foi reiteradamente utilizado, principalmente em momentos de catástrofes, como no episódio do terremoto de 1924, e só cessou com o despontar da econômica japonesa ao sofrer com a carência de mão de obra (MAKINO, 2010, p. 36).

O Japão, no seu projeto expansionista na Segunda Guerra Mundial, era liderado pelo imperador Hirohito, que, após atacar os seus países vizinhos, partiu para a ocupação das Filipinas. Entretanto, os EUA, com sua frota naval, passaram a ser um entrave para os japoneses, que decidiram atacar a base americana de Pearl Harbour. Isso acabou com a política isolacionista norte-americana, passando a atuar de forma direta na guerra ao revidar o ataque japonês.

Em meio ao propósito nipônico de ampliação do seu poder, alguns membros do poder executivo do governo brasileiro se preveniam quanto ao perigo amarelo, ou seja, a presença de japoneses no Brasil poderia ser uma manobra do Japão para instaurar aqui um modelo de expansão territorial imperialista, semelhante ao ocorrido na Coreia e na Manchúria (SAKURAI, 2013, p. 250-253). Nesse interim, a Carta Magna brasileira de 1934 vedou a entrada livre de japoneses, de forma a estabelecer cotas. Como os imigrantes tinham o desejo de voltar para o Japão, o idioma era ensinado nas escolas japonesas do Brasil, mas, mediante ao exposto, houve uma proibição do ensino e do acesso a material impresso na língua japonesa. Ainda, o governo Vargas proibiu as atividades japonesas de se expressarem na sua língua materna, várias prisões aconteceram e, para outros casos, houve a necessidade de salvo-condutos para circulação (SAKURAI, 2013, p. 250-253).

Os anos que antecederam o fim da Segunda Guerra foram marcados por preocupações e sofrimento para os japoneses, uma vez que vivenciaram uma arena de fogo cruzado advindo do governo Vargas, que tinha como força motriz o fortalecimento do nacionalismo brasileiro, e, do outro lado, o ultranacionalismo nipônico, com as suas pretensões de dominação do território chinês e do sudeste asiático. Dado o mencionado, o imigrante estava exposto a dois nacionalismos, ou seja, entre a bigorna e o martelo. Associado a isso, o medo das intervenções expansionistas do Japão e a campanha antijaponesa assombravam a vida do povo nipo-

brasileiro, pois era fomentada na sociedade a teoria da superioridade de raça branca, segundo a qual o asiático era, supostamente, incapaz de se integrar à sociedade brasileira (UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992).

Se, por um lado, partia da sociedade brasileira uma aversão ao japonês, na comunidade japonesa surgia outro fato em decorrência do espírito nacionalista japonês da época. O grupo Shindô Renmei surgiu em meio à sensação de abandono do imigrante pelas instituições governamentais japonesas e tinha como meta reorganizar a sociedade nipônica existente no Brasil que se encontrava em uma situação de anarquia, derivada desse desamparo. Entretanto, esse tipo de formação deu origem a um violento confronto entre os Kachigumi/grupo dos vitoristas e makegumi/grupo dos derrotistas. Assim, levaram à morte de várias pessoas, e desses embates surgiram vários atentados, como o incêndio de usinas (MIYAO; YAMASHIRO, 1992).

Assim, gradativamente, o processo migratório para o Brasil sofreu uma relevante desaceleração em decorrência do panorama da Segunda Guerra e do fato de o governo japonês estar na frente de batalha de um processo de expansão, no qual não tinha o Brasil como aliado.

Em agosto de 1945, os EUA jogaram bombas nucleares sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, o que foi o desfecho final para as empreitadas japonesas, além de exterminar com centenas de milhares de civis. Em agosto desse mesmo ano, o imperador proferiu as palavras que deixaram a população japonesa em espanto: pela primeira vez o manto da divindade deu espaço a uma figura humana que, por transmissão de rádio, declarava sua aniquilação (SAKURAI, 2013).

Por fim, pouco antes de o Japão se render, são-lhe impostas sanções como, a limitação de um exército, o acatamento à existência de bases norte-americanas em seu território e uma nova Constituição. Ademais, houve a ressalva dos japoneses para que fosse mantida a figura do imperador. Assim, é trazida em cena a Declaração de Potsdam, que determinava a derrota japonesa, com representação dos líderes de Washington, Londres e Taiwan. O documento exigia a extinção das tropas japonesas, a desistência das suas intenções de conquistas e, além disso, buscavam levar para os derrotados uma noção de democracia e cumprimento dos direitos humanos (SAKURAI, 2013).

Sakurai (2013, p. 195) ainda destaca que, na fala do imperador Hirohito coube um momento para lamentar as baixas decorrentes da guerra e uma exortação quanto ao futuro da nação, de modo que os japoneses deveriam estar preparados para momentos difíceis, conforme descrito abaixo:

Deixemos que a nação inteira continue como uma família de geração a geração, sempre firme na crença da perenidade de sua divina terra e atenta às pesadas cargas de reponsabilidade, o longo caminho adiante. Una todas as suas forças devotadas para a construção do futuro. Cultive a retidão, a nobreza de espírito e trabalhe com resolução, porque assim vocês poderão realçar a glória inata do Estado Imperial e acompanhar o ritmo do progresso do mundo (HIROHITO apud SAKURAI, 2013, p. 195).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, é comum dizer que o Japão adotou uma conduta mais pacifista perante o cenário internacional. Contudo, ao analisar outros fatores, é possível dizer que, na realidade, a situação era mais complexa. Preliminarmente, houve a instituição de uma constituição praticamente imposta; a ação militar japonesa foi vedada de atuar; no cenário político, havia uma orientação liberal-democrática e uma propensão principiológica espelhada na comunidade internacional capitalista do ocidente (KISSINGER, 2015).

Destarte, com o término da Segunda Guerra Mundial, o Japão recebe ajuda externa para se reerguer. Contando com a ajuda do Plano Colombo, o país se reestrutura e desponta no restante do século XX como uma potência econômica e industrial. Isso posto, instaura-se uma nova era em que o Japão emerge como potência internacional, sendo marcado por uma ascensão econômica “milagrosa”.

O quadro a seguir aponta um crescimento da entrada de japoneses no Brasil até meados da Segunda Guerra Mundial. Depois disso, há uma queda significativa, sendo possível ponderar a capacidade dos conflitos armados entre Estados em influenciar as correntes migratórias, de modo a aumentá-las ou reduzi-las.

Quadro 4 – Número de imigrantes japoneses que em diversas regiões de 1911 a 1950

Período	EUA e outros	América Central e do Sul	Sudeste da Ásia	Total
1911-1920	105.302	40.774	21.199	167.273
1921-1930	48.171	85.326	26.336	160.036
1930-1940	5.609	96.129	27.636	129.455
1941-1950	-	1.551	520	2.071

Fonte: TETSUYA; YAMASHIRO (1992, p. 33).

Figura 5 – Fotos de Família no Japão antes de embarcar para o Brasil



Fonte: Acervo pessoal.

#### 2.4 O Japão pós-guerra: mudanças propícias para a reversão do fluxo migratório

Especificamente entre 1942 e 1952, verificou-se uma estagnação da corrente migratória japonesa para o Brasil, sendo motivada pelas condições político-econômicas dos governos do Brasil e Japão. Nesse seguimento, cabe um parêntese para evidenciar que cada grupo de imigrante possui uma peculiaridade quanto a sua trajetória ao longo da história, e, no caso dos primeiros grupos de japoneses que chegaram ao Brasil, não havia uma propensão para as atividades ligadas ao comércio ou à indústria (SAITO, 1977).

Entretanto, com o fim das guerras, a comunidade japonesa do Brasil passou a atuar nos setores não agrícolas. Desse modo, ao longo do tempo, o fator agricultura como motivador da imigração tradicional passou a declinar e, em contrapartida, estava em ascensão outra espécie de migração, com um elemento motivador fundado em empreendimentos de cunho tecnológico e capitalista (SAITO, 1977).

As campanhas contra os japoneses no Brasil duraram aproximadamente até 1952, mas pressões ocasionaram a retomada da imigração e uma reestruturação da máquina de gestão

imigratória. Para o governo do crisântemo, a emigração era conveniente, pois o país estava imerso em uma pressão demográfica (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

Foi por meio da reconstrução das relações diplomáticas entre Brasil e Japão que as migrações foram novamente se intensificando. Surge, então, uma imigração dotada de duas naturezas: a) planejada, pois era controlada e permitida pelos órgãos brasileiros competentes; b) livre, uma vez que permitia a chamada de parentes próximos, parceiros e outras pessoas, sob condição de trabalhadores (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

De acordo com Sakurai, o fim da guerra apenas reduziu o contingente de imigrantes japoneses para o Brasil, mas dessa vez entra em cena um grupo de homens mais jovens com qualificação profissional técnica ou universitária. Muitos deles tinham como meta fixarem-se definitivamente em solo brasileiro, tinham contratos com as empresas japonesas que atuavam no Brasil em indústrias de base, siderúrgicas, como a Usiminas/MG, e a construção Naval-Ishibrás/RJ (SAKURAI, 2013).

Quadro 5 – Número de imigrantes do pós-guerra, segundo sua categoria

Ano/Categoria	Lavoura	Técnicos	Comércio e outros	Vindos por chamadas nominais	Total
1952-59	16.191	251	44	14.124	30.610
1960-69	8.191	1.365	539	8.406	18.619
1970-79	1.564	3.377	41	628	3.610
1980	67	58	7	56	188
1981	80	32	4	45	161
1982	13	16	0	32	61
1983	58	5	0	21	84
1984	44	0	1	15	60
1985	19	0	4	22	45
1986	31	0	0	20	51
1987	23	0	0	17	40
1988	25	1	0	0	26
Total	26.424	3.105	640	23.386	53.555

Fonte: Nakasumi; Yamashiro (1992, p. 424).

Quadro 6 – Distribuição da População Nikkei por Estados

São Paulo	325.520	75,68%
Paraná	78.097	18,16%
Mato Grosso	8.886	2,06%
Rio/Guanabara	5.803	1,35%
Pará/Amazonas	5.227	1,21%
Minas Gerais	2.878	0,67%
Goiás	1.793	0,42%
Outros	1.765	0,41%
Ignorado	166	0,00%
Total	430.135	100,00%

Fonte: Nakasumi; Yamashiro (1992, p. 423).

Ao observar os apontamentos feitos no quadro 5, a partir da década de 1950, apesar da predominância de imigrantes japoneses voltados para atuação na lavoura, notam-se outras especialidades de entradas no Brasil, principalmente sobre a questão de mão de obra especializada. Contudo, em todas as categorias, há uma queda expressiva quanto ao número de entradas nos decênios seguintes. Já no quadro 6 observa-se a distribuição da população nikkei pelos Estados brasileiros; nesse panorama, o estado de São Paulo se destaca ao trazer para si 75,68% da soma total desses indivíduos e, em segundo lugar, encontra-se o estado do Paraná, com 18,16%.

Por volta da metade dos anos 1950, o Japão passa a vivenciar uma fase de ressurgência, tanto nas relações internacionais como domésticas. Com o fim da Segunda Guerra, o Japão foi estimulado com recursos norte-americanos, e surge um fenômeno chamado de o “Milagre” econômico japonês/*koodo keizai seicho*/高度經濟成長, ou seja, uma atuação intervencionista do governo japonês no campo do comércio e da indústria que possibilitou a reconstrução do país.

Sakurai (2013) esclarece que, apesar de o foco econômico desta fase estar na agricultura, o Japão também investiu na introdução de novas tecnologias. Logo, as atividades industriais passaram a absorver uma maior concentração de mão de obra. Associado a isso, o governo também adotou leis que visavam a uma maior acessibilidade à tecnologia importada, e o uso de energia nuclear para fins pacíficos foi admitido (SAKURAI, 2013).

Neste contexto, contribuíram para a consolidação de destaque do Japão atual, a criação de novas instituições que possibilitaram repaginar as antigas tradições japonesas; a abertura para uma nova perspectiva de atuação governamental e aprendizados oriundos da Restauração Meiji, a absorção e aprimoramento da tecnologia ocidental; logo a sociedade japonesa agarrou a oportunidade se expandir a sua economia. O Japão também aproveitou a situação da Guerra da Coreia para expandir seus negócios e, assim, acelerar o seu crescimento econômico; ademais, boa parte da tecnologia para o desenvolvimento da indústria japonesa partiu dos EUA.

Assim, o Japão pôde entrar na década de 1960 com uma considerável competência no mercado internacional (BORTHWICK, 1998). Sem dúvidas, a recuperação econômica proporcionou a ascensão japonesa como potência, resultando em uma reinserção como ator internacional:

As Japan's economic recovery removed it from the role of dependent, developing nation to that of a manufacturing and financial powerhouse, its

relation with its foreign trade partners changed, resulting often in acrimonious trade disputes (BORTHWICK, 1998, p. 231).

Resumidamente, nos cinco primeiros anos da década de 1950, o Japão chegou a registrar um crescimento anual de mais de 9%; associado a isso, havia os programas de ajuda norte-americana e a Guerra da Coreia favorecendo a economia japonesa. Na segunda fase dos anos 1950, a taxa de crescimento anual chegou aos 12%. Em 1960, ocorreu um esfriamento econômico, superado no quinquênio seguinte. O Japão tinha um plano econômico de médio prazo que visava a ampliar a produção agrícola e a auxiliar as pequenas empresas (MEYER, 2009).

Os anos 1960, no Japão, foram marcados pelo desenvolvimento tecnológico; seus produtos eram conhecidos mundialmente como baratos, práticos e inovadores. Os Jogos Olímpicos de 1964 e a implementação do trem-bala foram algumas das demonstrações feitas pelos japoneses com relação à sua ascensão econômica e à alta tecnologia. Dessa maneira, o Japão se insere no comércio internacional disputando espaço com potências como EUA e países da Europa Ocidental (SAKURAI, 2013).

Em suma, gradativamente, a entrada de imigrantes japoneses para trabalhar no Brasil foi diminuindo no decorrer dos anos. Para se ter uma noção, de acordo com Maesima (2012, p. 51), por volta dos anos de 1952-1959 houve o registro de 30.610 entradas; na década de 1960, entraram 18.619 pessoas; e, na década seguinte, apenas 3.610 japoneses vieram para o Brasil (LESSER, 2005, p. 42 apud MAESIMA, 2012).

A partir dos anos 1970, em solo brasileiro inicia-se uma fase consolidação da colônia Nikkei, com o espraiamento do processo migratório interno para outras regiões, e a ideia de radicação passa a ser mais latente. Foram criados órgãos assistenciais voltados para atender as necessidades básicas nos nipônicos radicados no Brasil, serviços de apoio educacional e saúde, e associações em conjunto passaram a atuar de forma mais frequente no cotidiano da comunidade japonesa (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992). Assim, os japoneses foram assimilando melhor a vida no Brasil e passando a se integrar na sociedade brasileira, demarcando o seu espaço. Suas consequências perduram, de modo que, atualmente, o Brasil possui a maior comunidade de descendentes de japoneses do mundo.

## **2.5 A crise econômica brasileira na década de 1970 e 1980: a concretização da inversão do fluxo migratório**

A Era de Ouro do capitalismo proporcionou para os países capitalistas uma recuperação econômica para as nações do ocidente no pós-guerra. Entretanto, do lado oriental, o Japão também soube absorver as benesses desse período de modo a se projetar consideravelmente tanto no cenário interno como externo, ressaltando que esse processo foi acompanhado de momentos de oscilações motivadas por diversos fatores.

Por volta do final da década de 1960, o Brasil passa por um período de desenvolvimento econômico e um crescimento anual de 11% do Produto Interno Bruto. O país adotava uma política de captação de recursos estrangeiros e facilitava a entrada de empresas estrangeiras que fomentassem a indústria de bens de capital e bens de consumo duráveis. Dessa maneira, em meio a projetos nacionais de desenvolvimento, o governo brasileiro vivenciou a fase do milagre econômico brasileiro, que vigorou durante o regime militar (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

Apesar de o milagre econômico brasileiro, por um curto período, ter favorecido o desenvolvimento interno, um tsunami de amplitude global no setor econômico atingiu as pretensões de crescimento do Brasil e dos japoneses. Como explica Meyer (2009), na década de 1970, uma crise oriunda das importações de petróleo do Oriente Médio obstaculizou o crescimento econômico japonês. Nessa situação, o país se viu obrigado a buscar fontes alternativas de energia no lugar do petróleo; apesar da superação, a taxa de crescimento foi baixa (MEYER, 2009).

O fato de o ouro negro ser um recurso natural não renovável fez o seu valor aumentar significativamente, com o custo do barril saltando de 2 para 35 dólares; ademais, havia, por parte dos membros da OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, uma trama que visava a supervalorização do produto. Assim, a crise, em sua primeira instância, afetou tanto o Brasil na sua fase do milagre econômico como as pretensões econômicas do governo japonês.

O Japão chega aos anos 1980 como maior credor do mundo, dotado de uma expansão industrial e superação econômica. Houve uma explosão no setor de construção civil. Em meio à situação de uma economia próspera e indústria aquecida, inicia-se uma nova onda de inversão de fluxo, pois o Japão passava a demandar pessoas para atuarem no processo de produção. Mas, no final da década em voga, em meio ao seu crescimento econômico, experimentou uma fase de recessão chamada de década perdida; observou-se nela a queda do mercado imobiliário e a bolsa inflacionada perdeu 2 trilhões de ienes, marcando, assim, a economia japonesa com favoritismos e corrupção (MEYER, 2009).

Do lado brasileiro, a entrada na década de 1980 foi marcada por uma acentuada crise econômica; o governo da época registrava altos índices inflacionários, tendo como base

resquícios de desordens financeiras oriundas dos governos anteriores. Naquele momento, visando a conter a inflação, vários planos econômicos foram traçados no governo Sarney; entretanto, a busca pela estabilização se mostrou mais uma vez frustrada, pois havia gastos excessivos por parte do governo e a escassez de certos tipos de produtos era recorrente no cenário do brasileiro (LOPEZ; MOTA, 2012).

Assim, houve a tentativa frustrada de contenção da inflação, que vai se estender até o próximo governante, Fernando Collor, cujo plano econômico de combate à inflação foi responsável por confiscar ativos financeiros. A busca pelo controle da inflação se estendeu pelos anos subsequentes; houve a criação da moeda chamada Real e, mais especificamente, no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, vislumbrou-se uma situação econômica mais favorável.

Já em meio ao cenário neoliberal da década de 1990, a emigração japonesa iniciada outrora ganhou destaque para o Japão e também para os países desenvolvidos. Dessa forma, têm-se como motivação para a saída do Brasil as questões pertinentes às oscilações do mercado financeiro e a situação de estagnação do governo brasileiro (FERREIRA, 2007).

Posto o caso em tela, mais precisamente em meados da década de 1980, ocorre o processo de inversão da migração japonesa. Agora, não são mais aqueles imigrantes de 1908, mas os seus descendentes, que, após terem passado pelo processo de assentamento no Brasil, vão para o Japão trabalhar, para se estabilizarem financeiramente e retornar para o Brasil, dando continuidade à vida que levavam.

Costa (2007) afirma que esse processo de inversão migracional é específico e definido, pois há a especificidade de um determinado grupo étnico e o destino da migração é um espaço no qual tiveram origem os seus ascendentes, também chamado de *return migration*. Ademais, na emigração nipo-brasileira, uma de suas características é a sua natureza circular, ou seja, o indivíduo parte para o Japão no intuito de criar uma reserva econômica e retornar ao Brasil; contudo, vê-se desapontado ao se reestabelecer no Brasil e volta para o Japão (COSTA, 2007).

Atenta-se, também, para as dificuldades de adaptação no solo brasileiro, motivadas por circunstâncias como alta criminalidade, falta de oportunidade de inserção no mercado trabalho, ausência de orientação para investir os rendimentos auferidos no Japão, fatores que justificam a não permanência. Desse modo, mesmo com a sua proposta inicial de permanecer no Brasil, o migrante acaba sendo impulsionado a retornar ao Japão sucessivas vezes na busca de um local mais receptivo (COSTA, 2007).

Outrossim, Ferreira (2007) estabelece uma classificação peculiar para os dekasseguis, uma subdivisão quaternária, em que a primeira classe é composta pelos indivíduos que se

mantêm convictos da sua volta para o Brasil após a concretização da meta de poupar no Japão; ademais, são norteados por uma dedicação exclusiva ao trabalho, pouco lazer e participação no cenário de consumo japonês. No outro grupo, apesar de haver o retorno para o Brasil, a indecisão quanto ao momento certo do regresso é constante; aqui as pessoas já transitam com frequência entre os dois territórios e estão mais presentes no contexto do espaço de consumo (FERREIRA, 2007).

O penúltimo grupo é composto por brasileiros que já se estabeleceram no Japão e a questão do retorno ao Brasil se manifesta de forma mais branda ou distante. Surge uma concepção do Japão como uma morada permanente. Os membros deste enquadramento são aqueles que exercem algum tipo de atividade empresarial, comercial ou até mesmo geram emprego para seus compatriotas. O último, sendo uma continuidade de terceiro, é composto por aquelas pessoas com domínio do idioma português e japonês, não havendo dificuldades de inserção no ambiente sociocultural nipônico; além disso, fazem parte deste grupo os filhos e netos de brasileiros nascidos no Japão e que já estão totalmente adaptados a esse cenário (FERREIRA, 2007).

Segundo fontes disponibilizadas pelo governo japonês, o quadro abaixo aponta que o fluxo migratório de brasileiros para o Japão, no decorrer da última década do século XX, tem se mantido. Pela diferença entre os dois índices, verifica-se que, apesar de a quantidade de brasileiros que entram no Japão ser maior do que a que sai, a variação entre a saída e a entrada não é tão grande, demonstrando, assim, certa rotatividade. Ou seja, o número de pessoas que optaram por permanecer definitivamente ainda não é a maioria.

Quadro 7 – Números de brasileiros que entraram e saíram do Japão na década de 1990

Ano	Número de brasileiros que entraram no Japão	Número de brasileiros que saíram do Japão
1990	67.303	24.607
1991	96.337	41.389
1992	81.495	59.828
1993	70.719	73.104
1994	72.236	74.135
1995	90.322	79.139
1996	94.068	75.280
1997	104.323	83.976
1998	77.569	84.080

1999	70.794	81.312
------	--------	--------

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados e-Stat: Portal de estatísticas do governo japonês e Ministry of Justice (2018).

Destarte, foi por volta dos anos 1990 que a presença dos nikkeis no Japão passou a se fortalecer e a se institucionalizar, tornando-se mais comum a presença de empresas de contratação de mão de obra terceirizada e a intervenção de outros atores sociais. Cabe dizer, a esse respeito, que a partir do segundo semestre de 1990 houve a promulgação de uma norma de controle de imigração japonesa que visava a tolher a migração de trabalhadores estrangeiros ilegais no país (SASAKI, 2006).

Como o Japão possui uma grande demanda por trabalhadores braçais, e diante do impedimento de se contratarem estrangeiros ilegais, a opção foi investir nos nipo-brasileiros até a terceira geração, ou seja, os sansei. Acreditava-se que a contratação específica de pessoas com ancestralidade japonesa seria positiva, pois já estariam mais preparados culturalmente, logo mais adaptáveis para a inserção no ambiente das fábricas. Dessa maneira, essa década passou a contar com um maior fluxo de entrada e saída de nipo-brasileiros (SASAKI, 2006).

Nesse seguimento, com a ressalva da recessão econômica japonesa que fez reduzir a produção das fábricas nipônicas, o trabalhador nikkei ainda conseguia transitar em busca de emprego e exercia serviços de baixa qualificação e carga horária de trabalho mais extensa. Devido à sua capacidade de adaptação e à disposição para qualquer tipo de trabalho, sua permanência no Japão foi se estendendo no setor de produção e superando as dificuldades da recessão da década de 1990 (COSTA, 2007).

Acerca disso, Sakurai (2013) descreve a década de 1990 japonesa como uma fase de baixo investimento. Ela teve como agravante os gastos com o terremoto de Kobe em 1995, o aumento da taxa de consumo, o baixo consumo de produtos e os reflexos da crise asiática de 1997, que influenciaram a saúde financeira dos bancos japoneses (SAKURAI, 2013). Assim, a década perdida do Japão, com o estouro da bolha especulativa, assumia características semelhantes às vivenciadas na crise dos anos 2008.

Em meio aos fatos históricos apresentados, diversos fatores contribuíram para que o processo migratório passasse por variações, de modo a não se tratar de um fenômeno meramente constante. Assim, conforme elucida algumas das teorias abordadas no primeiro capítulo, verifica-se ao longo do tempo a presença de crises econômicas e em outros momentos, a atuação de agentes exógenos influenciando as pessoas a migrarem. Neste caso, podendo ser retomado a discussão feita por Makino ao classificar as peculiaridades da migração de trabalho

japonesa para o Brasil e as perspectivas teóricas apresentadas anteriormente que discutem as crises como fatores de afastamento de migrantes.

Não obstante, mediante todos os esforços até então empreendidos, a presença do trabalhador nikkei no Japão ainda seria testada novamente nos anos seguintes. A sensação de segurança e estabilidade vivida em outro momento passa a ser abalada por uma outra crise, que, desta vez, teve como epicentro os EUA, por volta dos últimos anos da década de 2000.

Diante disso, novamente se inicia um processo de retorno para o Brasil, que será alvo de discussão no próximo capítulo a fim de trazer alguns aspectos do panorama da crise do *subprime* e a atuação do trabalhador brasileiro no Japão durante esses acontecimentos, de modo a entender como a sua permanência foi afetada. Ressalta-se, ainda, o fato de a crise de 2008 ser conhecida, neste contexto, como a mais expressiva até o momento para a permanência dessa nova leva de trabalhadores brasileiros no Japão e, também, por estabelecer um marco decisório para uma parcela de pessoas que decidiram se estabelecer definitivamente no Japão.

Ao final, faz-se uma abordagem sobre a afirmação feita pela Declaração de Yokohama de 2015 sobre o esgotamento do fenômeno *dekassegui*, juntamente com algumas motivações para o operário brasileiro querer se fixar definitivamente no Japão. Ao final, há o intento de uma prévia conclusão sobre a relevância da migração para diversas esferas de interesse público e privado.

### 3 ESGOTAMENTO ESTRUTURAL DO FLUXO MIGRATÓRIO NIPO-BRASILEIRO? A CRISE DE 2008 E A DECISÃO DE NÃO RETORNAR AO BRASIL

#### 3.1 O dekassegui na crise do *subprime* 2008

É em meio às constantes variações na economia global ao longo dos anos que novamente uma crise de maior amplitude atinge o mercado financeiro internacional, verificada com maior precisão em setembro do ano de 2008. A crise do banco Lehman Brothers ou a bolha imobiliária americana são termos utilizados para trazer à discussão a questão da crise do *subprime*, a qual significou uma forte desvalorização do índice Dow Jones deflagrada pela ruína do setor imobiliário. Nesse cenário, diversos bancos americanos foram afetados de forma a serem incorporados, chegando à iminência da falência ou efetivamente quebrando.

O cenário de ampla liquidez que vigorava antes da crise propriamente dita fez gerar a valorização de ativos imobiliários norte-americanos, que contaram com o respaldo das instituições financeiras. Assim, era feita a concessão de empréstimos hipotecários podres de maneira negligente, as chamadas *subprime mortgages*.

Segundo Borça Junior e Torres Filho (2008), aqueles que se valiam dos empréstimos *subprime* eram chamados de *ninja* (contração dos termos em inglês para: “no income, no job or assets”, pois não tinham renda, trabalho ou bens que pudessem respaldar as hipotecas que assumiam, ou seja, a prestação de garantia era negligenciada. Em 2008, com a decisão das autoridades americanas em não socorrer o quarto maior banco americano, o Lehman Brothers, a crise propriamente dita foi desencadeada de modo a gerar um colapso nos mercados globais. Logo, a quebra dessa instituição foi o marco decisório para agravar a economia em nível internacional (BORÇA JUNIOR; TORRES FILHO, 2008).

O início da crise do *subprime* pode ser verificado com a desaceleração do mercado imobiliário norte-americano, quando as vendas de casas antes da crise, que tinham alcançado o número de 8,5 milhões, caíram em agosto de 2008 para 5,4 milhões de unidades. Tal fato gerou complicações ao renegociar as hipotecas do *subprime*, consequentemente levando aquelas pessoas tomadoras dos empréstimos facilitados a cair na inadimplência ao serem executadas pelas financeiras (BORÇA JUNIOR; TORRES FILHO, 2008).

Tendo como referência o cenário econômico acima descrito, e apesar de o governo brasileiro da época declarar que a crise não teria grandes repercussões no seu cenário interno, do lado japonês, os impactos causados na economia assumiram outras proporções. De maneira simplificada, o cenário que envolvia a economia do Japão em 2008 era de uma turbulência

financeira com uma expressiva alta do índice inflacionário, elevação da taxa de desemprego, queda de 3% do produto interno bruto e redução das exportações acompanhada pelo retrocesso do consumo interno, estendendo, assim, um ambiente de crise para o migrante brasileiro no Japão (CABRAL, 2008).

Na época, o governo japonês havia anunciado que o desemprego nunca havia atingido índices tão elevados desde o pós-guerra, e, depois de um ano do início do declínio do mercado financeiro internacional, 54.709 pessoas tinham retornado ao Brasil. Assim, em 20 anos do fenômeno *dekassegui*, o Japão ainda não tinha registrado um número tão baixo de entrada de brasileiros no país; houve a redução aproximada de 17,2% de trabalhadores. Vale ressaltar que, no auge da crise, a postura do governo japonês adotada frente ao trabalhador brasileiro e peruano foi a prestação de uma ajuda para retornar ao seu país de origem. Entretanto, estabelecia a condição segundo a qual os beneficiados não poderiam retornar mais ao país financiador por um período inferior a três anos (TOBACE, 2009).

Durante a crise de 2008, os trabalhadores brasileiros que a vivenciaram no Japão estavam envoltos em um cenário de demissões em massa, quase nenhuma hora-extra, baixa remuneração e, como agravante, várias famílias eram obrigadas a deixarem as suas moradias para viver nas ruas, embaixo de pontes ou em abrigos. Dessa forma, a instabilidade econômica e social impedia a segurança necessária para o trabalhador brasileiro criar os vínculos necessários como um membro da sociedade japonesa; conseqüentemente, fomentava a prática do movimento circular, ou seja, o indivíduo passa a transladar entre ambos os países sem se radicar (SUZUKI, 2012).

Conforme explica Suzuki (2012), a crise que atingiu a comunidade brasileira no Japão em 2008 fez desacelerar o sistema de produção industrial japonês mediante a queda da taxa de exportação, principalmente com os EUA, um parceiro comercial relevante, e houve uma retração do consumo interno. Com isso, nas regiões com maior concentração de indústrias japonesas, foram demitidos cerca de 40% dos seus operários brasileiros (SUZUKI, 2012).

Acerca desse contexto, Kuchira (2015) afirma que a crise de 2008 causou uma grande retração da economia japonesa e, como consequência disso, os trabalhadores *nikkeis* não ficaram isentos dos seus efeitos. O fato é que muitos deles perderam seus empregos por não estarem munidos de um contrato empregatício direto com as empresas, sendo inseridos nos postos de trabalho por intermédio de agências terceirizadas (*haken*) ou *empregadoras* (*ukeoi*). Outra situação recorrente naquela época era a grande procura por agências públicas de empregos, as chamadas *Hello Work*; em muitos casos, por não dominar o idioma japonês, o

trabalhador brasileiro não pôde se beneficiar dessa ajuda, o que agravou sua permanência no país, ensejando seu retorno para o Brasil (KUCHIRA, 2015).

Tobace (2011) atenta para o fato da existência de uma outra e posterior crise de característica endógena; dessa vez, a crise econômica vivida no Japão teve como causa catástrofes naturais. Em 2011, o Japão foi atingido por terremoto seguido de um tsunami que destruíram parte da região noroeste do Japão. Juntamente, houve um acidente nuclear, o que contribuiu para desencadear a estagnação da economia nipônica. Assim, naquela época, uma parcela dos trabalhadores brasileiros resolveu buscar segurança no Brasil (TOBACE, 2011).

O quadro seguinte mostra os números de brasileiros que entraram e saíram do Japão no período de 2000 a 2015. Nota-se, em especial, que no ano de 2009 houve uma significativa redução na quantidade de pessoas que entraram no Japão, e, por outro lado, ocorre um aumento das saídas. Ainda na coluna dos pedidos de visto permanentes deferidos, é possível verificar uma queda se comparada com os outros anos, mas que ascende posteriormente, permitindo-se inferir que a busca por este tipo de permanência está atrelada a momentos de expansão e maior estabilidade econômica.

Quadro 8 – Brasileiros que entram e saíram do Japão no período de 2000-2015

Ano	Número de brasileiros que entraram no Japão	Número de brasileiros que saíram do Japão	Número de brasileiros contemplados com visto permanente no Japão	Número de brasileiros contemplados com visto de trabalho no Japão
2000	101.513	81.977	Indisponível	Indisponível
2001	81.800	86.523	-	-
2002	71.763	73.097	-	-
2003	79.692	66.791	-	-
2004	79.960	73.485	-	-
2005	91.268	81.246	-	-
2006	85.592	83.976	11.130	39.371
2007	80.912	80.152	13.370	34.744
2008	69.692	82.514	13.841	25.275
2009	<b>37.380</b>	<b>101.667</b>	9.519	7.694
2010	45.733	58.753	11.498	9.132
2011	43.660	59.105	13.193	8.578

2012	57.191	61.905	13.584	8.528
2013	49.677	55.454	12.963	7.206
2014	57.151	59.735	13.923	7.969
2015	64.096	61.884	15.699	11.134

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados e-Stat. Portal de estatísticas do governo japonês; Tabela de estatísticas de Controle de imigração (2018).

### **3.2 A situação contemporânea e a Declaração de Yokohama: fim de fenômeno migratório nipo-brasileiro?**

Dados mais recentes apontam que, em 2017, entraram no Japão 80.294 brasileiros, perfazendo o total de 185.967 cidadãos do Brasil vivendo no Japão. Além disso, conforme ilustra o quadro acima, é notável uma alta gradativa no número de pessoas que obtiveram o visto japonês de permanência e, de forma geral, a comunidade nipo-brasileira se encontra dispersa por todo o arquipélago nipônico.

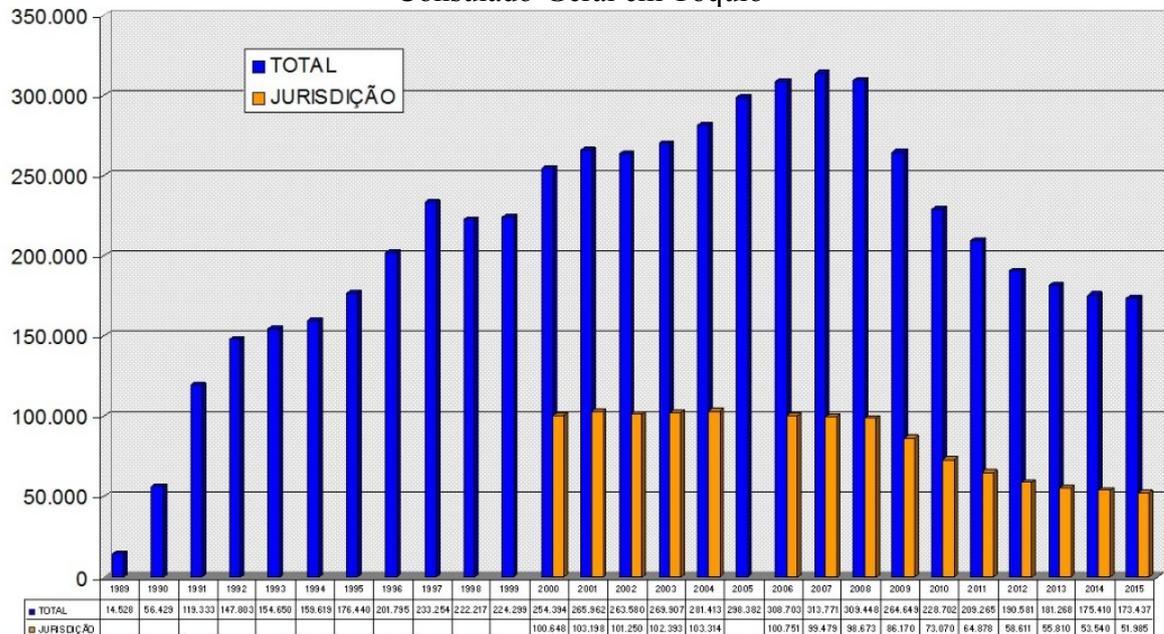
De acordo com Costa (2007), existem províncias que possuem uma maior concentração de brasileiros; cerca de 81% da comunidade se encontram na região de Aichi, Shizuoka, Mie, Gifu, Gunma, Nagano, Kanagawa, Shiga e Ibaraki. Dessa forma, verifica-se que, desde os anos 1990, o sudoeste do Japão fez uso da mão de obra oriunda o Brasil; por outro lado, vale destacar que as regiões mais ao norte de Tóquio sofreram uma redução deste tipo de trabalhador (COSTA, 2007).

Vale destacar que as regiões acima mencionadas são referências do setor industrial japonês, principalmente na produção automobilística e em montagem de componentes eletrônicos. Nesse contexto, é possível apontar a província de Kanagawa, conhecida pelo seu porto e dotada de grandes estaleiros de navios, como demandante de serviços de trabalhadores especializados, principalmente em solda. Já nas a regiões de Aichi e Shizuoka, que são fronteiriças, há importantes fábricas de peças de automóveis; Gunma, por sua vez, é conhecida nacionalmente por comportar as gigantescas instalações de produção de veículos da Subaru.

Outro ponto da atual configuração da comunidade brasileira no Japão é a existência de grupos de pessoas mais jovens e outro grupo de pessoas com idade superior a 40 anos. Neste, há uma pretensão mais forte em permanecer no Japão, e, em ambos os grupos, tal fato é algo que, ao ser comparado com a fase inicial do fenômeno dekassegui, mostra uma grande mudança. No início dos anos 1980, imperava a entrada de homens adultos, solteiros e com estadia breve; mais contemporaneamente, verifica-se uma distribuição etária mais balanceada (COSTA, 2007).

Beltrão e Sugara (2006) afirmam que, mesmo tendo um fenótipo de japonês, os dekasseguis não se comportam como os seus antepassados. No tocante à instrução educacional, eles possuem um nível escolar menor que outros descendentes de origem asiática, mas que ainda está acima da média do brasileiro. Além disso, os descendentes de japoneses com menor grau de estudo tenderam a não se inserir na onda migratória pós-anos 1980, pois consideram que, para aqueles, há uma barreira para a obtenção de um acesso facilitado a informações e, por outro lado, para os últimos, o leque de oportunidades é maior, o que inviabiliza a aderência à ideia de deixar o país para tentar viver no estrangeiro (BELTRÃO; SUGAHARA, 2006).

Gráfico 1 – Total de brasileiros no Japão de 1989 a 2015 e total de brasileiros na jurisdição do Consulado-Geral em Tóquio



Fonte: Ministério da Justiça do Japão e Ministério do Interior e Comunicações do Japão. Consulado-Geral do Brasil em Tóquio (2018).

O gráfico acima revela a presença do trabalhador brasileiro no Japão da década de 1990 até os anos 2015. Por ele, é perceptível que, com a crise de 2008, houve um declínio no fluxo de imigrantes brasileiros até meados de 2015. No início de 2008, havia 317 mil brasileiros no Japão; contudo, em 2009, o número caiu para 267 mil pessoas (GRADILONE, 2010). Cabe destacar que, com um melhor assentamento da situação da economia japonesa, a curva tende a subir, gerando, assim, novas expectativas quanto à permanência em território japonês, e as entradas no país voltaram a acontecer, de modo que o país ressurgiu com a característica de *push factor*.

Segundo Ishi (2007), a chegada da década de 2000 despertou no dekassegui um sentimento de autoafirmação sobre a sua situação no Japão. Ele, que considerava sua estadia como transitória, passa a considerar a mudança do seu status de trabalhador temporário para permanente; conseqüentemente, cresce o interesse em permanecer definitivamente e há uma desistência dos seus projetos no Brasil para dar origem a novas ambições em solo japonês (ISHI, 2007).

Em meio às diversas formas de aferir as intenções do migrante em se fixar em um local, a obtenção de patrimônio imobiliário e de bens de consumo duráveis são tidos como indicadores de adesão ao país receptor e, para além disso, essencialmente é um pré-requisito para a obtenção de visto permanente (COSTA, 2007). Desse modo, no cenário dekassegui atual, surge a busca pela casa própria e a abertura para um cenário de empreendimentos. Nesse seguimento, devido à crise de 2008, muitos trabalhadores brasileiros ficam desempregados, mas, por outro lado, isso despertou uma conscientização, vista como uma oportunidade para qualificação daqueles que desejavam permanecer em definitivo no Japão, fortalecendo, então, o sentimento do não retorno ao Brasil (ISHI, 2007).

A despeito de Ishi (2007) considerar a conjuntura econômica e as políticas adotadas pelos países receptores e emissores como essenciais para a análise do fenômeno migratório em pauta, são imprescindíveis alguns adendos. Primeiramente, deve-se considerar que as pessoas que optam por se manter no Japão não são a maioria, conforme demonstram os registros fornecidos pelo governo, em que constam a entrada e a saída do território japonês de brasileiros, sendo possível mensurar, por meio desses dados, a quantidade de indivíduos que obtiveram a licença de permanência definitiva.

Ainda persiste no cenário atual uma dificuldade para a obtenção do visto permanente japonês/ *eijukyoka*- 永住許可. Dentre os requisitos para a obtenção do visto de permanência supracitados, é possível destacar a necessidade da quitação em dia dos impostos e um prévio prazo de estadia no Japão antes da solicitação; o fator renda é ponderado, e pode ser demandado ao requerente um fiador e até mesmo certo domínio do idioma nipônico. Assim, nota-se que o processo de permanência não é tão simples como aparenta e tampouco reflete a realidade da maioria dos nikkeis no Japão. Desse modo, mais uma vez observa-se que estar no Japão não é meramente um ato unilateral sobre o qual o trabalhador tem a prerrogativa de deliberar sem a intervenção de terceiros.

Corrêa (2007) informa, na parte II de sua obra intitulada “Genzai: o presente”, que, com base em um levantamento estatístico sobre a intenção de retorno ao Brasil, em um espaço

amostral de 1587 cidadãos entrevistados, 52% declararam sua intenção de retornar definitivamente para o Brasil. E apenas 10,90% responderam que não voltariam a viver no Brasil (CORRÊA, 2007).

Mas é em meio a essa mudança de percepção quanto à estada no Japão que surge uma nova vertente que declara não mais buscar retornar ao Brasil e querer se estabelecer definitivamente no território japonês. Dessa maneira, os adeptos desse pensamento entram em defesa do fim do fenômeno migratório, que tem como protagonista o dekassegui. É com essa nova mentalidade que surge a Declaração de Yokohama, composta pelo Conselho dos Cidadãos de Tóquio. Nela, afirmam o princípio de um novo tempo para os brasileiros que residem no Japão, com discernimento dos seus direitos e deveres como membros integrantes da sociedade nipônica.

As argumentações quanto ao desejo de ficar no Japão e as motivações da comunidade brasileira podem ser verificados conforme elucida a Declaração de Yokohama disposta abaixo:

“Acabou a era decasségui - Escolhemos ficar no Japão”

Completaram-se, em junho deste ano, exatos 25 anos desde a implementação da reforma na Lei de Imigração Japonesa, que entrou em vigor em 1990.

Como se sabe, esta Lei permitiu que os estrangeiros “nikkeis” (descendentes de japoneses) entrassem no Japão com vistos que não previam limitações no tipo de atividade exercida. Essas atividades poderiam incluir a visita aos parentes e, eventualmente, exercer trabalhos sem qualificação para custear a estadia no país.

Embora haja controvérsias sobre a intenção ou não do governo japonês em usar esta reforma legal para atrair nikkeis estrangeiros como mão-de-obra dos setores automobilístico e de eletroeletrônicos, entre outros, não há margem para dúvidas de que isso desencadeou uma onda migratória de sul-americanos – especialmente de brasileiros – para o Japão. E este fenômeno – assim como cada pessoa que aderiu a este movimento migratório – passou a ser denominado de “dekassegui” (e mais tarde, grafado como “decasségui” nos dicionários de língua portuguesa).

Como se sabe, a palavra “dekassegui” significa literalmente “sair para ganhar dinheiro” e costuma ser usada para denominar os trabalhadores temporários e sazonais, seja no âmbito doméstico ou transnacional. Além disso, este termo carrega uma conotação negativa, associando o indivíduo e/ou grupo a uma imagem de pobreza e falta de compromisso com o local onde foi trabalhar – no caso de migrante transnacional, o seu país de origem.

Decididamente, este não é o caso dos migrantes da rota Brasil-Japão.

Hoje, seis em cada dez brasileiros no Japão têm visto permanente. Muitos deles já compraram casa no Japão. Um número significativo de brasileiros passou da posição de empregado para empregador de mão-de-obra, e outros

tantos já exercem profissões que exigem qualificação. Empresas, lojas, serviços, escolas, organizações não-governamentais e veículos de comunicação ou administrados por brasileiros floresceram nas mais diversas regiões do Japão.

A crise financeira global de 2008, seguida de uma demissão em massa dos brasileiros, poderia ter provocado o desmantelamento da comunidade brasileira no Japão. Não foi o que aconteceu. A maioria dos brasileiros escolheu ficar. O terremoto, tsunami e pânico nuclear de Tohoku de 2011 também poderiam ter provocado um retorno em massa dos brasileiros.

Mais uma vez, a maioria dos brasileiros decidiu ficar. Ficar no Japão. Ser membro ativo desta sociedade. Contribuir para o desenvolvimento deste país. Foi esta a decisão consciente dos 175.410 brasileiros registrados pelo Ministério da Justiça (conforme as estatísticas de dezembro de 2014), sem contar outros tantos que não aparecem nas estatísticas por terem cidadania japonesa.

Os brasileiros que ficaram no Japão contribuem não apenas trabalhando, consumindo e pagando impostos. Querem fazer parte da corrente do *がんばろう日本!* “Gambaroo Nippon!”. Prova disso é que, diante da tragédia de março de 2011, os brasileiros não ficaram de braços cruzados.

Foram para Tohoku prestar ajuda e solidariedade em atividades voluntárias. O sentimento que uniu as pessoas foi este: “Escolhemos ficar aqui, fazemos parte desta sociedade.” Por tudo isto, nós, brasileiros no Japão, gostaríamos de aproveitar o ensejo dos 25 anos da reforma da Lei de Imigração para decretar o fim da “Era dos dekkasséguis/dekasséguis”. E declarar oficialmente o início de uma nova era que, na prática, já começou há muito tempo: a era dos “brasileiros residentes no Japão”, cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres como membros da sociedade japonesa, sem perder os laços culturais e afetivos com seu país de origem, Brasil.

Esta nossa declaração é, ao mesmo tempo, uma solicitação dirigida à população em geral, e em especial às autoridades relacionadas, para que colaborem na solução das diversas questões levantadas neste Painel. Pois nunca é demais frisar: “Escolhemos ficar!”

Yokohama, 3 de outubro de 2015.

Conselho de Cidadãos de Tóquio (BRASIL, 2015).

Considerando a complexidade desse fenômeno, bem como as motivações que orientam as decisões desses indivíduos, ressalta-se a possibilidade de o fenômeno dekkassegui atualmente estar transitando por um momento específico de seu processo histórico. Assim, é provável que o fenômeno dekkassegui, para além de permanecer ativo, passe por uma constante transformação. Ainda, o aumento das pessoas que decidiram se estabelecer definitivamente no Japão é um fato de fácil constatação; porém, declarar o fim de fenômeno dekkassegui é um pouco precipitado, haja vista que o Japão possui um déficit de mão de obra embasado na própria baixa taxa de

fecundidade e o aumento da população idosa. Os complexos produtivos japoneses necessitam dessa reposição dos postos de trabalho.

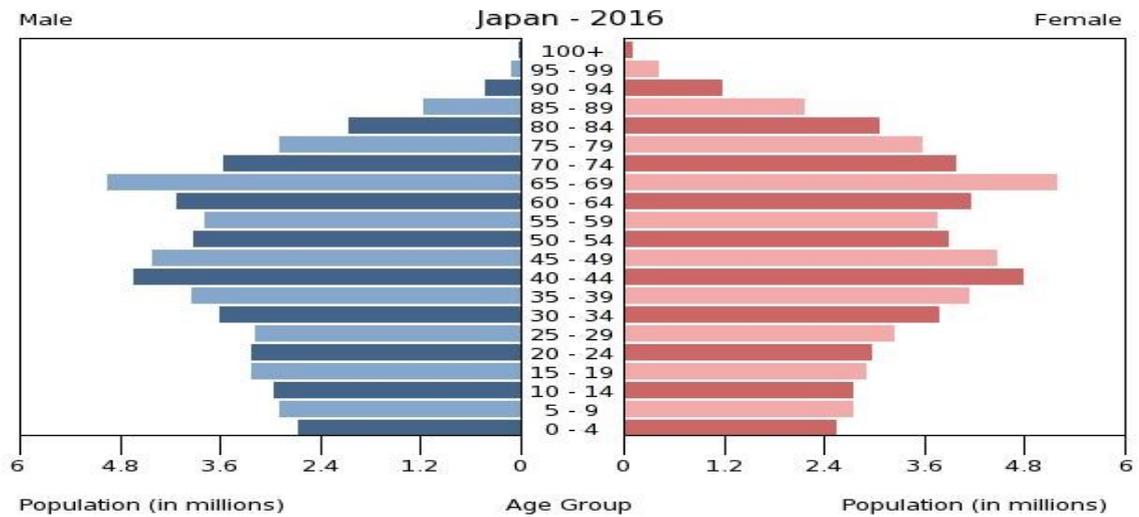
Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que tem como critério a análise da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, expectativa de vida, nível educacional e a renda de um conjunto de habitantes, segundo o ranking global de 2014 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil ocupa a 75º posição e IDH de 0,755, ao passo que o Japão se localiza no 20º lugar, com um IDH de 0,891 (PNUD BRASIL, 2015). Por meio desse levantamento, é possível diagnosticar que o Japão tem maiores atrativos para que trabalhadores brasileiros saiam do Brasil em busca de novas oportunidades, mantendo-se atrativos estruturais para o fluxo migratório em andamento.

Segundo Ogawa (1997), a população japonesa tem passado por um fenômeno que influencia nas suas futuras tendências demográficas. Caracterizado como fenômeno “muito”, verifica-se que os jovens japoneses têm estudado muito, o povo tem trabalhado muito e o número de idosos tem aumentado muito. Para além do exposto, a população jovem tem reduzido e a taxa de fertilidade sofre uma queda; assim, muitos japoneses estão optando por não ter filhos e não constituir família (OGAWA, 1997). Em meio aos pontos elencados, mais uma vez, nota-se um cenário no qual há o predomínio da escassez de mão de obra para fomentar a economia japonesa, que acaba utilizando como recurso a importação de trabalhadores estrangeiros para suprir suas necessidades produtivas.

Com uma população que possui uma expectativa de vida média até os 84 anos e uma taxa de fertilidade de 1,4, de acordo com o primeiro ministro, Shinzo Abe, os japoneses têm sofrido um acelerado processo de envelhecimento. Assim, em meio à falta de trabalhadores nativos, há 1,6 vaga de emprego para cada aspirante ao cargo. É em meio a esse descompasso entre oferta e demanda de trabalhadores e questões futuras de encargo previdenciário que o parlamento japonês tem buscado viabilizar mais a entrada de imigrantes para ocupar os postos de trabalho, principalmente na área rural e na construção civil. É prevista a entrada de 345 mil estrangeiros para trabalho nos próximos 5 anos, apesar de ainda ser insuficiente para atender a demanda (THE ECONOMIST, 2018).

Ainda trazendo alguns dados que corroboram a continuidade do fenômeno de kassegui, é possível destacar a taxa de crescimento populacional japonesa para o ano de 2018 em torno de -0,24 e a taxa de natalidade ocupando a 223ª posição no cenário mundial (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2018). Vale fazer uma observação quanto à estrutura da pirâmide etária da população japonesa, pois a faixa etária dos sexagenários se aproxima da faixa etária daqueles que ainda estão ativos nos postos de trabalho, sendo disposta da seguinte forma:

Gráfico 2 – Distribuição demográfica japonesa por sexo e faixa etária – 2016



Fonte: Central Intelligence Agency (2018).

Recentemente, com base na divulgação do Ministério do Trabalho do Japão, foi apontada uma alta na formalização dos trabalhadores brasileiros, e a entrada de estrangeiros para trabalhar no Japão também tem aumentado. Nesse cenário, a população brasileira ocupa a quarta posição, ficando atrás de chineses, vietnamitas e filipinos. Segundo pesquisas, apesar das tentativas do governo japonês para inserir no mercado de trabalho um maior número de idosos e mulheres, o resultado final demonstra que, para solucionar a falta de mão de obra nacional, tem sido feito o uso recorrente da contratação de estrangeiros, sendo o setor da construção civil o que mais absorveu este tipo de trabalhador, em decorrência de acidentes naturais e dos Jogos Olímpicos (CONSULADO GERAL DO BRASIL EM TÓQUIO, 2018).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a economia japonesa vivenciou recentemente um crescimento rápido associado à criação de empregos e melhora dos salários; o comércio de bens e serviços do Japão representa 17,7% do Produto Interno Bruto japonês em meio a uma população de 127,3 milhões de pessoas que vivenciam uma taxa de crescimento negativo (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2018).

Destarte, por mais que o Japão tenha uma economia consolidada e ocupe uma posição de destaque na esfera internacional, o fato é que a busca pela mão de obra estrangeira trata-se de um artifício recorrente na política japonesa, principalmente para sanar as questões oriundas da sua dinâmica populacional. Dessa forma, é possível constatar, com base nos índices apresentados, que o esgotamento estrutural do fluxo migratório ainda não foi consolidado,

havendo uma demanda de trabalhadores estrangeiros, na qual se inserem os dekasseguis, não demonstrando uma previsão próxima para ser extinta.

### **3.3 Motivações para não retornar ao Brasil**

É compreensível que muitos brasileiros que foram trabalhar no Japão ou que ainda se estabeleceram por lá sintam-se motivados a não retornar ao Brasil. Em meio às diferenças culturais, à barreira do idioma, à xenofobia e às distâncias geográficas, o panorama do atual Japão propicia mais atrativos que o Brasil; apesar dos laços culturais e afetivos construídos no país de origem, o fator de oportunidades e a estabilidade econômica são decisivos numa tomada de decisão que visa uma jornada migratória.

Na atual conjuntura brasileira, os incentivos para se permanecer no país acabam sendo superados pelos fatores que levam a sair dele. Dessa forma, com base no fator renda, acesso ao mercado de trabalho, segurança pública, direito à saúde e à educação, pelo menos em um primeiro momento, constata-se que o Brasil ainda precisa melhorar muito suas condições ao ser comparado ao Japão.

Vale ressaltar que a recente situação da economia brasileira tem passado por expressivas transformações, sendo perceptível após o ano 2014, um aumento do desemprego que acirrou as desigualdades sociais. Sobretudo, neste período, o consumo das famílias foi reduzido em meio ao cenário de endividamento, redução de investimentos e crise política; ainda, a taxa de desocupação aumentou e o número de empregos com vínculo foram afetados, de forma a sofrer uma redução (IBGE, 2017). Logo, em meio a estabilidade política e econômica afetam as relações empregatícias dos brasileiros e, conseqüentemente desencadeando uma busca por oportunidades de trabalho no exterior, como é o caso dos nipo-brasileiros.

Destarte, Costa (2007) elucida que uma parcela significativa de brasileiros que moram no Japão faz remessa de suas economias para o Brasil, mas, via de regra, o destino das economias está concentrado na ajuda familiar. Assim, as economias que visam à obtenção de patrimônio e à abertura de negócios acabam assumindo uma posição de menor destaque (COSTA, 2007). Conseqüentemente, por falta de investimentos e empreendedorismo no Brasil, o retorno fica comprometido, pois a posição de empregado passa a ser mais rentável e tentadora em solo japonês do que apelar para uma empreitada no Brasil.

Para além disso, a oportunidade de oferecer aos filhos uma educação de qualidade tem sido outro fator que tem pesado na decisão de não retornar ao Brasil. Apesar das dificuldades quanto ao idioma e à adaptação do estudante no ambiente escolar, muitos pais têm dado

preferência por esse tipo de ensino por acreditarem que, dessa forma, há uma melhor inserção no mercado de trabalho, objetivando o ensino superior. Por outro lado, os filhos de trabalhadores no Japão ainda contam com instituições de ensino reconhecidas pelo MEC, embora não sejam tão difundidas, sejam onerosas, restritas a algumas localidades e de logística inviável para alunos em províncias mais distantes.

Nesses casos, o modelo seguido é o ocidental e, geralmente, os pais buscam essas escolas por desejarem que seus filhos não percam o vínculo com a língua materna ou por entenderem que sua passagem pelo Japão é transitória; assim, os estudantes não sentirão tantas dificuldades ao retomar os estudos no Brasil. Há um caso mais específico de inclusão de alunos nas escolas brasileiras, que ocorre pela dificuldade de adaptação à escola japonesa, o aluno brasileiro que é vítima de bullying ou, em japonês, o chamado de *ijimê*. Apesar de coibida, a prática ainda é muito frequente no ambiente educacional japonês, levando, no extremo, a alguns casos de suicídio.

Dessa forma, o brasileiro que sai do seu país e busca novas oportunidades de emprego, sendo movido por adversidades dentro da sua terra natal, ao chegar a solo estrangeiro depara-se com outros fatores que incentivam a se manter no local que o recepcionou. Assim, surge um dilema que determina que, em dado momento, ele deverá decidir onde se estabelecerá definitivamente, seja no local de vínculos familiares, seja no ambiente que lhe proporcionou estabilidade econômica, segurança ou melhores condições de vida.

## CONCLUSÃO

O estudo do fenômeno de kassegui contribui para aferir a influência e a miscigenação da cultura nipônica no Brasil e vice-versa. Ademais, as benesses obtidas com esta parceria transpõem as fronteiras econômicas e estão em consonância com os interesses dos Estados, bem como apresentam um impacto positivo nas diferentes esferas da sociedade. Vale ressaltar que entender o significado do fenômeno implica buscar novas formas de abordagens para a permanência dos nipo-brasileiros em solo japonês e nas respectivas ações migratórias, sendo necessário pensar uma estrutura que possa atender as suas necessidades, seja na questão do idioma, na saída do estado transitório de permanência no país, na educação dos filhos de emigrantes, na questão da moradia e até mesmo no gozo dos direitos civis e políticos.

Ao colocarem em evidência a questão do fluxo migratório, tanto o Brasil quanto o Japão aproveitam para ampliar seus vínculos e, assim, discutirem assuntos de interesse estatal, tais como a consolidação de acordos econômicos, a negociação de projetos de cooperação, a busca de investimentos, o fornecimento de insumos, o comércio de bens de valor agregado e até mesmo a transferência de tecnologias. Assim sendo, contribuem para a consolidação da interpretação do *soft power* entre Brasil e Japão as celebrações da imigração japonesa no Brasil, as visitas diplomáticas promovidas pelos governos nipônico e brasileiro, surgindo oportunidades de implementação de parques industriais, dentre outras discussões pertinentes aos interesses desses Estados.

Por meio dos levantamentos e do estudo feito na presente proposta, verificou-se historicamente que o processo de migração, juntamente com o fenômeno de kassegui, está sujeito a oscilações ao longo do tempo, havendo fatores que podem acentuar ou reduzir o número de indivíduos a migrarem. Dito de outro modo, os números revelam que, durante o trajeto do processo migratório nipo-brasileiro, há variações nos fluxos de entrada tanto nos países ora receptores, ora emissores de trabalhadores. Uma rápida constatação aponta que a curva dos fluxos migratórios não assume uma constante crescente ou decrescente, mas sim uma sequência de ondas permeadas por cristas e vales.

Conforme discutido ao longo deste trabalho, buscou-se elucidar que os projetos de expansão territorial, períodos de guerras, crises econômicas de cunho interno e externo, políticas governamentais, conceitos sociais, situações ambientais, tudo isso tem o condão de fazer oscilar os fluxos migratórios, isso sem contar as questões que são intrínsecas aos indivíduos, verificando-se, assim, a existência do fenômeno de kassegui.

Outrossim, para a manutenção de fenômeno de kassegui é possível verificar se tratar de um tipo de fluxo migratório específico e de cunho econômico, em conformidades com as perspectivas teóricas apresentadas na primeira parte do trabalho. Assim, o desenvolvimento deste processo pode ser verificado em meio aos acontecimentos históricos elencados posteriormente que, em consonância com os fatos apresentados no terceiro capítulo, é possível afirmar que o fenômeno de kassegui não se esgotou.

O fenômeno migratório nipo-brasileiro surge com a vinda dos japoneses para o Brasil em 1908 mediante interesses governamentais, crises internas do país ofertante e das necessidades de mão de obra. Para além disso, as decisões políticas dos líderes nipônicos foram cruciais para contornar o insustentável o crescimento da população pobre que passou a investir na exportação de trabalhadores. Entretanto, o período de guerra gerou uma fase de estagnação de mão de obra japonesa no Brasil, que só foi retomado posteriormente com uma melhor situação da economia brasileira. Entretanto, anos depois ocorre outro fluxo migratório de kasseguis, mas com características específicas, sendo possível afirmar a ocorrência de um desdobramento que ainda resulta em idas e vindas entre Brasil e Japão.

Neste segundo momento de reversão do fluxo migratório, conforme discutido no decorrer do trabalho, verifica-se que o fenômeno de kassegui não chegou ao fim; pois, com o despontar da economia japonesa, aqueles descendentes dos primeiros imigrantes nipônicos fazem o processo de volta para o Japão, de modo a se configurarem como um novo grupo de trabalhadores no setor industrial japonês; o que pode ser explicado pelo fato de nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil estar passando por grandes problemas de cunho econômico, o que impulsionou a saída do país.

No capítulo final, por meio de uma abordagem de uma crise que foi mais significativa até o presente momento para esta fase de retomada da migração nipo-brasileira, percebe-se que ainda é inviável acreditar no esgotamento estrutural do fluxo migratório de kassegui. Mesmo com uma crise de amplitude global que fez cair expressivamente a entrada de brasileiros no Japão, verifica-se que, em situações de melhoria da economia, o país oriental passa a demandar trabalhadores estrangeiros, e a entrada de nipo-brasileiros em território japonês mostra altas.

Ademais, apesar de os recentes fenômenos naturais, como tsunamis e terremotos, além acidentes nucleares, terem desencorajado alguns brasileiros a adentrarem uma nova busca de melhores condições no Japão, é possível verificar que, ainda sim, passada a fase mais grave dos desastres, os atrativos para ir trabalhar em solo japonês têm reacendido as expectativas dos nipo-brasileiros, contribuindo, portanto, para o não esgotamento do fluxo, exposto pela Declaração de Yokohama.

Por fim, em meio a diversas questões que envolvem o tema e às necessidades daqueles que migram em busca de oportunidades, é verificável que, de fato, o fenômeno dekassegui ainda perdura, tendo como base a trajetória histórica e as entradas e saídas dos migrantes de origem nipônica frente às necessidades econômicas dos países emissores e receptores. Porém, ressalta-se que, na atual conjuntura, prevalecem características mais distintas daquelas existentes nos primeiros movimentos migratórios para o Brasil. Assim sendo, é perceptível que o fluxo se readequa de acordo com as condições sócio-político-econômicas de cada período, bem como mediante as conveniências dos migrantes.

É nesse cenário que reiteradamente o Japão tem lançado mão de políticas que visam à atração de mão de obra estrangeira ao longo do tempo a fim de suprir essas lacunas. Cabe citar, ainda, que, para além das investidas por mão de obra em torno dos seus vizinhos asiáticos, recentemente houve a liberação de visto de trabalho para os indivíduos da 4ª geração de nipo-brasileiros, tema que tem sido amplamente discutido na comunidade nikkei quanto à sua efetividade e extensão.

Conforme elucida Miyao (1990), no que tange as migrações referentes a trabalhadores, para além de serem um fenômeno recorrente, elas sempre continuarão. Enquanto a economia daqueles países que ofertam trabalhadores não proporcionar condições de manterem os seus cidadãos nos seus respectivos países de origem, o fenômeno migratório persistirá (MIYAO, 1990).

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado absolutista**. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BELTRÃO, K. I; SUGAHARA S. Permanentemente temporário: dekasseguis brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 2006. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982006000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100005) > Acesso em: 17 jan. 2017.

BOMTEMPO, D. C.; SPOSITO, E. S. Entre o Japão e o Brasil: a territorialidade dos migrantes, isseis e dekasseguis. BOMTEMPO, D. C.; SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

BORÇA JUNIOR, G. R.; TORRES FILHO, E. T. Analisando a Crise do Subprime. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129-159, 2008.

BORTHWICK, M. **Pacific century: the emergence of modern Pacific Asia**. 3<sup>rd</sup> ed. Boulder, Colo: Westview Press, 1998.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração de Yokohama/Declara fim ao fenômeno dekassegui**. Itamaraty, 5 ago. 2015. Disponível em: < <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/associativismo-e-politicas-para-as-comunidades/CRBE/conselho-de-representantes-de-brasileiros-no-exterior-crbe/primeiro-crbe-documentos-e-composicao-1/composicao-do-novo-crbe/perfis-dos-conselhos/conselho-de-cidadãos-de-toquio> > Acesso em: 07 fev. 2017.

CABRAL, M. Turbulência financeira atinge Japão e gera crise entre “dekasseguis”. **G1**, 27 set. 2008. Disponível em: < [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL775270-9356,00-TURBULENCIA+FINANCEIRA+ATINGE+JAPAO+E+GERA+CRISE+ENTRE+DEKASS EGUIIS.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL775270-9356,00-TURBULENCIA+FINANCEIRA+ATINGE+JAPAO+E+GERA+CRISE+ENTRE+DEKASS EGUIIS.html) > Acesso em: 24 nov. 2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Japan**, 2018. Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/ja.html> > Acesso em: 12 dez. 2018.

CONSULADO GERAL DO BRASIL EM TÓQUIO. **Estatísticas 2018**. Disponível em: < [http://cgtoquio.itamaraty.gov.br/pt-br/estatisticas\\_e\\_bibliografia.xml#trabalho](http://cgtoquio.itamaraty.gov.br/pt-br/estatisticas_e_bibliografia.xml#trabalho) > Acesso em: 12 dez. 2018.

COSTA, J. P. C. **De decaességui a emigrante**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

EBREY, P.; WALTHALL, A.; PALAIS, J. **East Asia A Cultural, Social, and Political History**. 2ª ed. Wadsworth, Cengage Learning, 2009.

EMBAIXADA DO BRASIL NO JAPÃO. **Regiões do Japão**. Disponível em: < <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/regioesdojapao.html> > Acesso em: 10 nov. 2018.

E-STAT. **Portal de estatísticas do governo japonês**. Disponível em: < <https://www.e-stat.go.jp/statsearch/files?page=1&layout=datalist&toukei=00250011&tstat=000001012480&cycle=0&tclass1=000001012481&tclass2=000001020814> > Acesso em: 15 nov. 2018.

FARIA, M. R. F. **Migrações Internacionais no Plano Multilateral**: reflexões para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2015.

FERREIRA, R. H. **Migrações Internacionais**: Brasil ou Japão o movimento de inserção do dekaessegui no espaço geográfico pelo consumo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22112007-145624/en.php> > Acesso em: 19 nov. 2018.

GRADILONE, E. **20 anos dos brasileiros no Japão**. Brasília: FUNAG, 2010.

HAGEN-ZANKER, J. Why do people migrate? A review of the theoretical literature. *In: Maastricht Graduate School of Governance*, 2008. Disponível em: < <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/28197/1/2008WP002> > Acesso em: 14 nov. 2018.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IMIGRAÇÃO JAPONESA. **História da imigração – parte 1**. Disponível em: < <http://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/nossa-historia/historia-da-imigracao-parte-1> > Acesso em: 22 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2017. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf> > Acesso em: 13 nov. 2018.

ISHI, A. **20 anos dos brasileiros no Japão**. Brasília: FUNAG, 2010.

JAPÃO. Ministry of Justice. **Tabela de estatísticas de Controle de imigração**. Disponível em: < [http://www.moj.go.jp/housei/toukei/toukei\\_ichiran\\_nyukan.html](http://www.moj.go.jp/housei/toukei/toukei_ichiran_nyukan.html) > Acesso em: 15 nov. 2018.

KING, R. Theories and Typologies of Migration: An Overview and A Primer. **ResearchGate**, jan. 2012. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/260096281\\_Theories\\_and\\_Typologies\\_of\\_Migration\\_An\\_Overview\\_and\\_A\\_Primer](https://www.researchgate.net/publication/260096281_Theories_and_Typologies_of_Migration_An_Overview_and_A_Primer) > Acesso em: 27 jan. 2018.

KISSINGER, H. **Diplomacia**, 2012. São Paulo: Saraiva, 2012.

KISSINGER, H. **Ordem mundial**. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KUCHIRA, S. Situação recente da empregabilidade no Japão e as medidas adotadas pelo governo japonês. **Relatório do Encontro de Colaboradores Regionais do CIATE**, 2015. Disponível em: < <http://www.ciate.org.br/images/files/2015.pdf> > Acesso em: 22 nov. 2018.

LEÃO, V. C. **A Crise da Imigração Japonesa, (1930-1934):** contornos diplomáticos. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989.

LOPEZ, A; MOTA, C. G. **História do Brasil:** uma interpretação. 3. Ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

MAKINO, Rogério. **As relações nipo-brasileiras (1895-1973):** o lugar da imigração japonesa. 2010. xv, 197 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/7842> > Acesso em: 28 jan. 2018.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A., PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, Vol. 19, No. 3 (Sep., 1993), pp. 431-466. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2938462> > Acesso em: 05 fev. 2017.

MEYER, M.W. **Japan:** a concise history. 4 ed. Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2009

MEYERS, E. Theories of International Immigration Policy- A Comparative Analysis. **The International Migration Review** Vol. 34, No. 4 (Winter, 2000), pp. 1245-1282. Disponível em: < [http://www.jstor.org/stable/2675981?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/2675981?seq=1#page_scan_tab_contents) > Acesso em: 22 jan. 2018.

MIYAO, S. **Nipo-Brasileiros** – Processo de Assimilação. Tradução de Katsunori Wakisaka. Editora Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 2002.

MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Navios de emigração que aturaram antes da Segunda Guerra Mundial.** Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social. São Paulo: Topan-Press Insatsu Shuppan Yuugengasha, 2011.

NAKASUMI, T.; YAMASHIRO J. Capítulo 5: Período do Pós-Guerra. **Uma epopeia moderna:** 80 anos de imigração japonesa no Brasil/Comissão de Elaboração da História dos

anos 80 da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p. 381-458.

NOGUEIRA, A. R. **Companhias interessadas na introdução de asiáticos em São Paulo nos primeiros anos da República**. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. Série-A nº 2. São Paulo, 1979.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OGAWA, N. **Demographic trends and their implications for Japan's future**. *In*: Ministry of foreign Affairs of Japan, 1997. Disponível em: < [https://www.mofa.go.jp/j\\_info/japan/socsec/ogawa.html](https://www.mofa.go.jp/j_info/japan/socsec/ogawa.html) > Acesso em: 12 dez. 2018.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. **UNICEF Brasil**. Disponível em: < [https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm) > Acesso em: 05 nov. 2018.

ONU. Report of Secretary-General: Making migration work for all. **ONU-Refugees and migrants**. Disponível em: < <http://refugeesmigrants.un.org/report-secretary-general-making-migration-work-all-0> > Acesso em: 21 jan. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Selected Indicators for Japan**, 2018. Disponível em: < <https://data.oecd.org/japan.htm> > Acesso em: 12 dez. 2018.

OZAKI, M. Nova Era e Novas Tendências do Movimento e Refluxo Migratório entre Brasil e Japão. *In*: **Relatório do Encontro de Colaboradores Regionais do CIATE**, 2015. Disponível em: < <http://www.ciate.org.br/images/files/2015.pdf> > Acesso em: 22 nov. 2018.

PNUD BRASIL. Ranking IDH Global 2014. **Relatório de desenvolvimento humano 2015**. Disponível em: < <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html> > Acesso em: 12 dez. 2018.

SAITO, H. **A Integração e participação de japoneses e descendentes na sociedade brasileira**. Série – A Nº 1. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros: São Paulo, 1977.

SAKURAI, C. **Os japoneses**. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

SANTOS, M. A.; BARBIERI, A.F.; CARVALHO, J.A.M.; MACHADO, C. J. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Disponível em: < <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf>. > Acesso em: 04 fev. 2017.

SASAKI, E. A migração para o Japão. *In: Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, São Paulo, mai/ago. 2006. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200009) > Acesso em: 21 nov. 2018.

SASAKI, E. M. A questão da identidade dos Brasileiros na migração entre Brasil e Japão. PÓVOA NETO, H; FERREIRA, A. P. **Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G.O. Teorias das Migrações Internacionais. **XII Encontro Nacional da ABEP 2000 Caxambu**, outubro de 2000. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/969/934> > Acesso em: 04 fev. 2017.

SUZUKI, L. S. A. O impacto da crise econômica de 2008 sobre os brasileiros no Japão. **IV Seminário de Trabalho e Gênero**, 2012. Disponível em: < [https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/O\\_IMPACTO\\_DA\\_CRISE\\_ECON%20MICA\\_DE\\_2008\\_SOBRE\\_OS\\_BRASILEIROS\\_NO\\_JAP%20O.pdf](https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/O_IMPACTO_DA_CRISE_ECON%20MICA_DE_2008_SOBRE_OS_BRASILEIROS_NO_JAP%20O.pdf) > Acesso em: 24 nov. 2018.

SUZUKI, L. S. A. Trabalhadores estrangeiros: reflexões acerca dos decasségus brasileiros no Japão. **II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, UFG**. Disponível em: < [https://anais.cienciassociais.ufg.br/up/253/o/Lilian\\_Silva\\_do\\_Amaral\\_Suzuki.pdf](https://anais.cienciassociais.ufg.br/up/253/o/Lilian_Silva_do_Amaral_Suzuki.pdf) > Acesso em: 25 nov. 2018.

TETSUYA, T; YAMASHIRO, J. Capítulo1: A abertura da Emigração no Japão. **Uma epopeia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil/Comissão de Elaboração da História dos anos 80 da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p. 15-63.

TETSUYA, T; YAMASHIRO, J. **Waga Kokumin no Kaigai** (Expressão do Nosso Povo no Além\_Mar). (Volume e Estatísticas). Tokyo, Minsitério de Exterior, Seção Consular de Emigração, 1971, p. 33.

THE ECONOMIST. The challenges of Japan's demography how does a country cope if more than of new babies will be centenarians? **The Economist explains**, 26 nov. 2018. Disponível em: < <https://www.economist.com/the-economist-explains/2018/11/26/the-challenges-of-japans-demography> > Acesso em: 12 dez. 2018.

TOBACE, E. Crise econômica, terremoto, tsunami, e crise nuclear apressam volta de decasséguis ao Brasil, 2011. **BBC News Brasil**, 12 jul. 2011. Disponível em: < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110712\\_volta\\_decasseguis\\_brasil\\_et](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110712_volta_decasseguis_brasil_et) > Acesso em: 28 nov. 2018.

TOBACE, E. Crise força retorno de 54 mil brasileiros do Japão. **BBC News Brasil**, 28 ago. 2009. Disponível em: < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/08/090828\\_dekasseguis\\_ewerthon\\_rw](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/08/090828_dekasseguis_ewerthon_rw) > Acesso em: 24 nov. 2018.

UCHIYAMA, K; TAJIRI T; YAMASHIRO J. Capítulo 3: Emigração como Política de Estado. **Uma epopeia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil/Comissão de Elaboração da História dos anos 80 da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p.137-246.